

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	18
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	78
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	902.529.503
Preferenciais	0
Total	902.529.503
Em Tesouraria	
Ordinárias	7.416
Preferenciais	0
Total	7.416

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	26.576.000	28.186.000
1.01	Ativo Circulante	9.864.000	9.880.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.909.000	1.681.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.560.000	1.608.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.560.000	1.608.000
1.01.02.01.03	Titulos e Valores Mobiliarios	1.560.000	1.608.000
1.01.03	Contas a Receber	1.557.000	2.371.000
1.01.03.01	Clientes	1.557.000	2.371.000
1.01.04	Estoques	2.194.000	1.969.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.092.000	1.335.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.092.000	1.335.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	207.000	435.000
1.01.06.01.02	Impostos a recuperar	885.000	900.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	111.000	71.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	441.000	845.000
1.01.08.03	Outros	441.000	845.000
1.01.08.03.02	Demais contas a receber	164.000	568.000
1.01.08.03.03	Contas a receber - Partes relacionadas	277.000	277.000
1.02	Ativo Não Circulante	16.712.000	18.306.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.054.000	8.694.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.195.000	4.809.000
1.02.01.07.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.195.000	4.809.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.859.000	3.885.000
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	684.000	623.000
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	2.755.000	3.048.000
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	6.000	6.000
1.02.01.10.06	Imposto de renda e contribuição social	414.000	208.000
1.02.02	Investimentos	1.894.000	2.371.000
1.02.02.01	Participações Societárias	1.894.000	2.371.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10.000	9.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.884.000	2.362.000
1.02.03	Imobilizado	5.914.000	6.351.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.191.000	2.314.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.723.000	4.037.000
1.02.03.02.01	Ativo de Direito de Uso	3.723.000	4.037.000
1.02.04	Intangível	850.000	890.000
1.02.04.01	Intangíveis	850.000	890.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	26.576.000	28.186.000
2.01	Passivo Circulante	49.688.000	50.104.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	222.000	246.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	222.000	246.000
2.01.02	Fornecedores	1.628.000	5.756.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.628.000	5.756.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	710.000	1.328.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	74.000	629.000
2.01.03.01.02	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	6.000	5.000
2.01.03.01.04	Imposto de Renda Retido na Fonte	57.000	613.000
2.01.03.01.05	PIS e Cofins	6.000	8.000
2.01.03.01.06	Outros	5.000	3.000
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	624.000	686.000
2.01.03.02.01	Impostos sobre circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	624.000	686.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	12.000	13.000
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviço - ISS	12.000	13.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	28.928.000	23.821.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.424.000	8.816.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.054.000	8.497.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	370.000	319.000
2.01.04.02	Debêntures	19.504.000	15.005.000
2.01.04.02.01	Debêntures	19.504.000	15.005.000
2.01.05	Outras Obrigações	18.200.000	18.896.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.084.000	1.153.000
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	1.084.000	1.153.000
2.01.05.02	Outros	17.116.000	17.743.000
2.01.05.02.04	Outras obrigações	731.000	1.219.000
2.01.05.02.05	Contas a Pagar - Combinação de Negócios	19.000	137.000
2.01.05.02.06	Adiantamento Recebido de Clientes	30.000	34.000
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	428.000	445.000
2.01.05.02.09	Risco Sacado	15.908.000	15.908.000
2.01.06	Provisões	0	57.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	57.000
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	57.000
2.02	Passivo Não Circulante	7.247.000	6.932.000
2.02.02	Outras Obrigações	5.870.000	5.413.000
2.02.02.02	Outros	5.870.000	5.413.000
2.02.02.02.03	Outras obrigações	333.000	385.000
2.02.02.02.05	Passivo de arrendamento	4.206.000	4.470.000
2.02.02.02.06	Provisão para perdas em investimentos	663.000	435.000
2.02.02.02.07	Plano de Assistência Médica	120.000	120.000
2.02.02.02.08	Fornecedores	401.000	0
2.02.02.02.09	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	141.000	0
2.02.02.02.10	Outros Tributos a recolher	6.000	3.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.02.04	Provisões	1.377.000	1.519.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.377.000	1.519.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	971.000	1.072.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	236.000	175.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	30.000	23.000
2.02.04.01.05	Provisões Imobiliário	138.000	249.000
2.02.04.01.06	Provisões Consumidor	2.000	0
2.03	Patrimônio Líquido	-30.359.000	-28.850.000
2.03.01	Capital Social Realizado	15.430.000	15.430.000
2.03.02	Reservas de Capital	14.000	116.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	13.000	1.000
2.03.02.08	Plano de subscrição de ações	1.000	115.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-44.548.000	-43.136.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.255.000	-1.260.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.967.000	6.595.000	3.316.000	6.805.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.925.000	-4.370.000	-2.390.000	-4.981.000
3.03	Resultado Bruto	1.042.000	2.225.000	926.000	1.824.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.020.000	-2.108.000	-1.343.000	-2.754.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-805.000	-1.628.000	-868.000	-1.894.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-432.000	-917.000	-538.000	-1.332.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-112.000	1.146.000	-295.000	-83.000
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-112.000	1.146.000	-295.000	-83.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-671.000	-709.000	358.000	555.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-978.000	117.000	-417.000	-930.000
3.06	Resultado Financeiro	-877.000	-915.000	-842.000	-2.273.000
3.06.01	Receitas Financeiras	144.000	1.106.000	36.000	538.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.021.000	-2.021.000	-878.000	-2.811.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.855.000	-798.000	-1.259.000	-3.203.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.000	-614.000	0	0
3.08.02	Diferido	-10.000	-614.000	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.865.000	-1.412.000	-1.259.000	-3.203.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.865.000	-1.412.000	-1.259.000	-3.203.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,0653	-1,5637	-1,3942	-3,5471

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.865.000	-1.412.000	-1.259.000	-3.203.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.000	5.000	222.000	311.000
4.02.04	Hedge fluxo de caixa	0	0	340.000	473.000
4.02.05	Efeito tributário	0	0	-116.000	-161.000
4.02.07	Variação cambial de investida no exterior	4.000	5.000	-2.000	-1.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.861.000	-1.407.000	-1.037.000	-2.892.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.999.000	-2.093.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	635.000	-2.885.000
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	-1.412.000	-3.203.000
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	488.000	517.000
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	614.000	0
6.01.01.04	Juros, variações monetárias e cambiais e custo de transação	1.916.000	900.000
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	709.000	-555.000
6.01.01.06	Outros	-259.000	-544.000
6.01.01.08	Constituição de provisão para contingências	456.000	0
6.01.01.09	Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	-478.000	0
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de obrigações	-226.000	0
6.01.01.13	Haircut	-1.173.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.634.000	792.000
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	813.000	2.350.000
6.01.02.02	Estoques	-58.000	1.387.000
6.01.02.03	Impostos a recuperar e Diferidos	330.000	502.000
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-40.000	-73.000
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-61.000	-40.000
6.01.02.06	Contas a receber/pagar empresas ligadas	-69.000	-474.000
6.01.02.07	Demais contas a receber (circulantes e não circulantes)	404.000	-988.000
6.01.02.08	Fornecedores	-2.328.000	-1.121.000
6.01.02.09	Salários, encargos e contribuições sociais	-24.000	1.000
6.01.02.10	Tributos a recolher (circulante e não circulante)	-474.000	-41.000
6.01.02.11	Outras obrigações (circulante e não circulante)	-662.000	-250.000
6.01.02.13	Liquidação de Juros sobre empréstimos e debêntures	-2.000	-134.000
6.01.02.14	Liquidação de Juros sobre Arrendamentos	-286.000	-327.000
6.01.02.15	Pagamento de contingências	-177.000	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-46.000	52.000
6.02.02	Títulos e valores mobiliários	48.000	482.000
6.02.04	Imobilizado	-92.000	-66.000
6.02.05	Intangível	-2.000	-30.000
6.02.08	Aumento de capital em coligadas	0	-334.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.273.000	1.123.000
6.03.01	Captações de debêntures e empréstimos e financiamentos	3.503.000	3.080.000
6.03.02	Liquidações de debêntures e empréstimos e financiamentos	-24.000	-1.747.000
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	12.000	0
6.03.08	Pagamentos de passivo de arrendamento	-218.000	-210.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.228.000	-918.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.681.000	2.413.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.909.000	1.495.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	15.430.000	116.000	0	-43.136.000	-1.260.000	-28.850.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	15.430.000	116.000	0	-43.136.000	-1.260.000	-28.850.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-102.000	0	0	0	-102.000
5.04.08	Planos de Opção de Ações	0	-114.000	0	0	0	-114.000
5.04.09	Adiantamento Futuro Aumento de Capital	0	12.000	0	0	0	12.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.412.000	5.000	-1.407.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.412.000	0	-1.412.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.000	5.000
5.05.02.06	Variação Cambial Exterior	0	0	0	0	5.000	5.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	15.430.000	14.000	0	-44.548.000	-1.255.000	-30.359.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	15.430.000	148.000	0	-40.864.000	-1.384.000	-26.670.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	15.430.000	148.000	0	-40.864.000	-1.384.000	-26.670.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	30.000	0	0	218.000	248.000
5.04.08	Hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	219.000	219.000
5.04.09	Variação cambial de investida no exterior	0	0	0	0	-1.000	-1.000
5.04.10	Planos de Ações	0	30.000	0	0	0	30.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.203.000	0	-3.203.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.203.000	0	-3.203.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	15.430.000	178.000	0	-44.067.000	-1.166.000	-29.625.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	9.047.000	8.583.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.604.000	7.967.000
7.01.02	Outras Receitas	1.215.000	452.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	228.000	164.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.773.000	-7.728.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.580.000	-5.764.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.193.000	-1.961.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-3.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.274.000	855.000
7.04	Retenções	-488.000	-517.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-488.000	-517.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.786.000	338.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	397.000	1.093.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-709.000	555.000
7.06.02	Receitas Financeiras	1.106.000	538.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.183.000	1.431.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.183.000	1.431.000
7.08.01	Pessoal	729.000	985.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	654.000	783.000
7.08.01.02	Benefícios	19.000	145.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	56.000	57.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	780.000	735.000
7.08.02.01	Federais	231.000	190.000
7.08.02.02	Estaduais	502.000	493.000
7.08.02.03	Municipais	47.000	52.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.086.000	2.914.000
7.08.03.01	Juros	2.021.000	2.811.000
7.08.03.02	Aluguéis	50.000	97.000
7.08.03.03	Outras	15.000	6.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.412.000	-3.203.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.412.000	-3.203.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	25.902.000	27.115.000
1.01	Ativo Circulante	10.705.000	10.727.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.052.000	1.758.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.964.000	2.245.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.964.000	2.245.000
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	1.964.000	2.245.000
1.01.03	Contas a Receber	1.633.000	2.380.000
1.01.03.01	Clientes	1.633.000	2.380.000
1.01.04	Estoques	2.233.000	2.028.000
1.01.04.01	Estoques	2.233.000	2.028.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.386.000	1.616.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.386.000	1.616.000
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	1.107.000	1.149.000
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social	279.000	467.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	119.000	78.000
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	119.000	78.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	318.000	622.000
1.01.08.03	Outros	318.000	622.000
1.01.08.03.01	Outros	318.000	622.000
1.02	Ativo Não Circulante	15.197.000	16.388.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.066.000	8.714.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.202.000	4.821.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.202.000	4.821.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.864.000	3.893.000
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	688.000	630.000
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	2.755.000	3.048.000
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	7.000	7.000
1.02.01.10.07	Imposto de renda e contribuição social	414.000	208.000
1.02.02	Investimentos	30.000	29.000
1.02.02.01	Participações Societárias	30.000	29.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	30.000	29.000
1.02.03	Imobilizado	5.981.000	6.466.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.237.000	2.381.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.744.000	4.085.000
1.02.03.02.01	Ativo de Direito de Uso	3.744.000	4.085.000
1.02.04	Intangível	1.120.000	1.179.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.120.000	1.179.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	25.902.000	27.115.000
2.01	Passivo Circulante	49.505.000	49.275.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	268.000	307.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	268.000	307.000
2.01.01.02.01	Salários, encargos e contribuições	268.000	307.000
2.01.02	Fornecedores	1.685.000	5.866.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.685.000	5.866.000
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.685.000	5.866.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	750.000	1.371.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	105.000	656.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	23.000	16.000
2.01.03.01.02	IPI	6.000	7.000
2.01.03.01.03	PIS e Cofins	9.000	14.000
2.01.03.01.04	Imposto de Renda Retido na Fonte	57.000	614.000
2.01.03.01.05	Outros	10.000	5.000
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	630.000	694.000
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias Serviços - ICMS	630.000	694.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	15.000	21.000
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	15.000	21.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	29.316.000	23.523.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	17.658.000	15.889.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.153.000	8.596.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.505.000	7.293.000
2.01.04.02	Debêntures	11.658.000	7.634.000
2.01.04.02.01	Debêntures	11.658.000	7.634.000
2.01.05	Outras Obrigações	17.486.000	18.151.000
2.01.05.02	Outros	17.486.000	18.151.000
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	993.000	1.341.000
2.01.05.02.05	Contas a Pagar - Combinação de Negócios	23.000	147.000
2.01.05.02.06	Adiantamento Recebido de Clientes	127.000	303.000
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	435.000	452.000
2.01.05.02.09	Risco Sacado	15.908.000	15.908.000
2.01.06	Provisões	0	57.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	57.000
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	0	57.000
2.02	Passivo Não Circulante	6.756.000	6.690.000
2.02.02	Outras Obrigações	5.235.000	5.024.000
2.02.02.02	Outros	5.235.000	5.024.000
2.02.02.02.03	Outras Obrigações	337.000	387.000
2.02.02.02.05	Passivo de arrendamento	4.225.000	4.514.000
2.02.02.02.07	Plano de Assistência Médica	120.000	120.000
2.02.02.02.08	Fornecedores	401.000	0
2.02.02.02.09	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	141.000	0
2.02.02.02.10	Outros Tributos a recolher	11.000	3.000
2.02.03	Tributos Diferidos	52.000	52.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	52.000	52.000
2.02.04	Provisões	1.469.000	1.614.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.469.000	1.614.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.027.000	1.133.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	272.000	209.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	31.000	23.000
2.02.04.01.05	Provisões Imobiliário	137.000	249.000
2.02.04.01.06	Provisões Consumidor	2.000	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-30.359.000	-28.850.000
2.03.01	Capital Social Realizado	15.430.000	15.430.000
2.03.02	Reservas de Capital	14.000	116.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	13.000	1.000
2.03.02.08	Plano de subscrição de ações	1.000	115.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-44.548.000	-43.136.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.255.000	-1.260.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.111.000	6.849.000	3.405.000	7.032.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.013.000	-4.488.000	-2.479.000	-5.209.000
3.03	Resultado Bruto	1.098.000	2.361.000	926.000	1.823.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.410.000	-1.527.000	-1.857.000	-3.600.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-828.000	-1.663.000	-931.000	-1.994.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-483.000	-1.044.000	-664.000	-1.550.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-99.000	1.179.000	-265.000	-59.000
3.04.05.03	Outras (despesas) receitas operacionais	-99.000	1.179.000	-265.000	-59.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	1.000	3.000	3.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-312.000	834.000	-931.000	-1.777.000
3.06	Resultado Financeiro	-1.525.000	-1.609.000	-324.000	-1.420.000
3.06.01	Receitas Financeiras	221.000	1.156.000	307.000	2.015.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.746.000	-2.765.000	-631.000	-3.435.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.837.000	-775.000	-1.255.000	-3.197.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.000	-637.000	-4.000	-6.000
3.08.01	Corrente	-17.000	-22.000	-3.000	-8.000
3.08.02	Diferido	-11.000	-615.000	-1.000	2.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.865.000	-1.412.000	-1.259.000	-3.203.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.865.000	-1.412.000	-1.259.000	-3.203.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,0653	-1,5637	-1,3942	-3,5471

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.865.000	-1.412.000	-1.259.000	-3.203.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.000	5.000	222.000	311.000
4.02.05	Hedge fluxo de caixa	0	0	340.000	473.000
4.02.06	Efeito tributário	0	0	-116.000	-161.000
4.02.08	Variação cambial de investida no exterior	4.000	5.000	-2.000	-1.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.861.000	-1.407.000	-1.037.000	-2.892.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.861.000	-1.407.000	-1.037.000	-2.892.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.166.000	-2.170.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	733.000	-3.372.000
6.01.01.01	Prejuízo do semestre	-1.412.000	-3.203.000
6.01.01.02	Ajuste a valor presente de obrigações	-226.000	0
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	506.000	618.000
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	637.000	6.000
6.01.01.05	Juros, variações monetárias e cambiais e custo de transação	2.648.000	-703.000
6.01.01.07	Outros	-233.000	-87.000
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	-1.000	-3.000
6.01.01.09	Constituição de Provisão para Contingências	485.000	0
6.01.01.10	Reversão de Provisão para processos judiciais e contingências	-498.000	0
6.01.01.11	Haircut	-1.173.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.899.000	1.202.000
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	749.000	2.908.000
6.01.02.02	Estoques	-42.000	1.415.000
6.01.02.03	Impostos a recuperar	299.000	447.000
6.01.02.04	Despesas antecipadas (circulante e não circulante)	-41.000	-67.000
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-58.000	-44.000
6.01.02.06	Demais contas a receber (circulante e não circulante)	304.000	-940.000
6.01.02.07	Fornecedores	-2.381.000	-1.129.000
6.01.02.08	Salários e encargos trabalhistas	-39.000	-8.000
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições (circulante e não circulante)	-479.000	-57.000
6.01.02.11	Demais contas a pagar (circulante e não circulante)	-698.000	-862.000
6.01.02.12	Contas a receber/pagar empresas ligadas	0	8.000
6.01.02.13	Liquidação de Juros sobre empréstimos e debêntures	-6.000	-140.000
6.01.02.14	Liquidação de Juros sobre Arrendamentos	-318.000	-329.000
6.01.02.15	Pagamento de contingências	-189.000	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	169.000	952.000
6.02.01	Títulos e valores mobiliários	281.000	1.201.000
6.02.03	Imobilizado	-108.000	-68.000
6.02.04	Intangível	-4.000	-181.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.291.000	325.000
6.03.01	Captações de debêntures, empréstimos e financiamentos	3.503.000	3.347.000
6.03.02	Liquidações de debêntures, empréstimos e financiamentos	-34.000	-2.802.000
6.03.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	12.000	0
6.03.05	Pagamentos de passivo de arrendamento	-190.000	-220.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.294.000	-893.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.758.000	2.477.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.052.000	1.584.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	15.430.000	116.000	0	-43.136.000	-1.260.000	-28.850.000	0	-28.850.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	15.430.000	116.000	0	-43.136.000	-1.260.000	-28.850.000	0	-28.850.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-102.000	0	0	0	-102.000	0	-102.000
5.04.08	Plano de Opções de Ações	0	-114.000	0	0	0	-114.000	0	-114.000
5.04.09	Adiantamento Futuro Aumento Capital	0	12.000	0	0	0	12.000	0	12.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.412.000	5.000	-1.407.000	0	-1.407.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.412.000	0	-1.412.000	0	-1.412.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.000	5.000	0	5.000
5.05.02.06	Variação Cambial de investida no exterior	0	0	0	0	5.000	5.000	0	5.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	15.430.000	14.000	0	-44.548.000	-1.255.000	-30.359.000	0	-30.359.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	15.430.000	148.000	0	-40.864.000	-1.384.000	-26.670.000	0	-26.670.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	15.430.000	148.000	0	-40.864.000	-1.384.000	-26.670.000	0	-26.670.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	30.000	0	0	0	30.000	0	30.000
5.04.08	Plano de opção de ações	0	30.000	0	0	0	30.000	0	30.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.203.000	218.000	-2.985.000	0	-2.985.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.203.000	0	-3.203.000	0	-3.203.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	218.000	218.000	0	218.000
5.05.02.06	Hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	219.000	219.000	0	219.000
5.05.02.07	Variação cambial de investida no exterior	0	0	0	0	-1.000	-1.000	0	-1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	15.430.000	178.000	0	-44.067.000	-1.166.000	-29.625.000	0	-29.625.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	9.381.000	8.848.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.916.000	8.251.000
7.01.02	Outras Receitas	1.233.000	453.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	232.000	144.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.951.000	-7.988.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.732.000	-5.916.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.219.000	-2.069.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-3.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.430.000	860.000
7.04	Retenções	-506.000	-618.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-506.000	-618.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.924.000	242.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.157.000	2.018.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.000	3.000
7.06.02	Receitas Financeiras	1.156.000	2.015.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.081.000	2.260.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.081.000	2.260.000
7.08.01	Pessoal	848.000	1.155.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	748.000	923.000
7.08.01.02	Benefícios	33.000	162.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	67.000	70.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	835.000	760.000
7.08.02.01	Federais	274.000	202.000
7.08.02.02	Estaduais	510.000	499.000
7.08.02.03	Municipais	51.000	59.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.810.000	3.548.000
7.08.03.01	Juros	2.765.000	3.435.000
7.08.03.02	Aluguéis	30.000	105.000
7.08.03.03	Outras	15.000	8.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.412.000	-3.203.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.412.000	-3.203.000

Comentário do Desempenho

americanas sa

Comentário de desempenho de junho 2024

Comentário do Desempenho

Mensagem da administração

Em 2023, a Americanas enfrentou o momento mais difícil de sua trajetória: a descoberta da fraude de resultados e o início do processo de recuperação judicial. Para evoluirmos na readequação da estrutura de capital da companhia e, em paralelo, mantermos o foco do time no negócio, dividimos as ações de reestruturação em três blocos: investigações, recuperação judicial e operações.

Na frente de investigações, foram apresentadas ao Conselho de Administração as conclusões dos trabalhos conduzidos pelo Comitê Independente, o que confirmou a existência de fraude contábil e ratificou os mecanismos utilizados e principais envolvidos, apontados anteriormente nas investigações conduzidas pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal. A conclusão das investigações também permitiu que os auditores independentes da Companhia emitissem opinião sobre as demonstrações financeiras referentes ao desempenho operacional em 2023 e as informações trimestrais de março e junho de 2024.

Em paralelo, aprovamos o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e cumprimos com todas as etapas previstas até este momento, incluindo a homologação do aumento de capital de R\$ 24,5 bilhões, que contou com o aporte de R\$ 12,3 bilhões de nossos acionistas de referência. Realizamos o pagamento da maior parte dos créditos restantes, incluindo fornecedores, e fizemos a reestruturação de nossa dívida. Após este reperfilamento, passamos a ter um dos menores valores absolutos de dívida entre as empresas do varejo brasileiro de grande porte.

Na frente de operações, o canal físico, nossa fortaleza, já retomou crescimento em 2024 concomitante à melhora da margem bruta. A fase crítica foi superada, com a adoção de ajustes de curto e médio prazos, mas ainda há muito trabalho a fazer, desde adequação de diferentes sortimentos à demanda dos clientes. Além disso, seguimos também com o redimensionamento dos esforços do digital e com a otimização da Hortifruti Natural da Terra. No primeiro semestre de 2024, o cenário desafiador para o varejo demandou uma operação ainda mais fortalecida. E o resultado se refletiu em uma Páscoa bem executada, com lojas abastecidas e organizadas, precificação correta, milhões de produtos à disposição dos clientes e uma meta de vendas superada.

Nove meses após a apresentação do planejamento estratégico, podemos dizer que estamos no caminho certo, mas ainda queremos ganhar mais velocidade na

Comentário do Desempenho

execução. A partir do mapa de ações estratégicas e da imersão na operação, identificamos ajustes fundamentais para o ganho de eficiência operacional que projetamos. Esse diagnóstico, somado ao contexto econômico desafiador, demandou a correção de rotas e mudanças na organização. A recente contratação de três novos executivos vai nessa direção, com foco no desenvolvimento do capital humano e no aprimoramento do modelo de gestão; na organização da oferta de serviços para clientes e parceiros e do programa de fidelidade; e na otimização da operação e aceleração dos resultados da Hortifruti Natural da Terra. Outro exemplo é a estrutura do time comercial e de abastecimento, que passou a ser dividida em quatro unidades de negócio *end-to-end*, com times multidisciplinares que agrupam categorias e olham o processo de compra de ponta a ponta para maior agilidade e foco. Também aprimoramos a estratégia de precificação e a revisamos a modulação de lojas, concluída em junho e aplicada a partir de julho, por meio de variáveis inteligentes como demografia e renda.

Além do foco em eficiência, temos testado conceitos e processos para melhoria da performance e do atendimento em praças em que temos mais presença, como a aproximação de categorias que conversam entre si, no espaço de vendas, e a flexibilidade no formato para a exposição de promoções e produtos. Expandimos o uso de painéis digitais na jornada do cliente, o que destrava ganhos da frente de *retail media*, ampliamos o calendário comercial e a participação de nossos fornecedores no negócio. No e-commerce, buscamos o fortalecimento da relação com grandes parceiros no marketplace para complementar a jornada de consumo.

Todo esse trabalho amplia a nossa caminhada em direção ao objetivo de ser uma Americanas mais leve, com foco na geração de caixa operacional e a aceleração do crescimento, o segundo e terceiro grandes blocos da nossa estratégia de recuperação.

A trajetória é desafiadora e a Americanas, mais uma vez, demonstra sua resiliência, reflexo da confiança dos nossos milhões de clientes e da crença de um time empenhado na transformação em curso para recolocar a companhia como uma liderança do setor. Seguiremos comprometidos com a reconstrução da Americanas, amada pelos brasileiros há exatos 95 anos, e com o propósito de atender e resolver de forma simples e descomplicada a vida dos consumidores.

Comentário do Desempenho

Demonstrações Financeiras 6M24

Receita Líquida

Receita Líquida por segmento (R\$ MM)			
Segmentos	6M24	6M23 Reapresentado	Var(%) 6M24 x 6M23
Varejo (físico + digital)	6.082	6.297	-3,4%
HNT	917	915	0,2%
AME	72	105	-31,4%
Uni.co	87	100	-13,0%
Eliminações / Aj.Consolidação	(309)	(385)	-19,7%
Total	6.849	7.032	-2,6%

No 6M24, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 6,8 bilhões, uma leve queda de 2,6% vs. 6M23.

Nos primeiros seis meses de 2024, apesar do segmento do varejo ainda cair, houve uma recuperação do varejo físico, que cresceu quase 10%, revertendo a tendência apresentada em 2023. O digital declinou aproximadamente 50% no 6M24 vs. 6M23, em linha com a estratégia de redução do seu tamanho com foco no 3P.

Lucro Bruto

No primeiro semestre de 2024, o lucro bruto foi de R\$ 2,4 bilhões, resultado que reverte o desempenho negativo apresentado em 2023, com forte crescimento de 29,5%. A margem bruta no 6M24 foi de 34,5% (+8,5 p.p. vs. 6M23).

Esse desempenho positivo é consequência das iniciativas estratégicas já descritas, entre as quais: ajustes no mix de lojas físicas, com oferta de produtos com maior potencial de margem, estratégia de pricing mais adequada e início do projeto de modulação de lojas, apresentando resultados robustos na Páscoa. No varejo digital, a contribuição veio da redução de tamanho do 1P e foco no 3P, além da maior racionalidade de precificação.

A margem bruta no 6M24 também foi positivamente impactada por eventos extraordinários no período o mais relevante foi a recuperação extemporânea de verbas com fornecedores cuja perda havia sido previamente provisionada, em função das discussões durante a negociação do Plano de Recuperação Judicial.

Comentário do Desempenho

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (“SG&A”)

No primeiro semestre de 2024, a Companhia continuou a readequar sua estrutura para alcançar maior eficiência operacional. As despesas com SG&A, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 2,2 bilhões, redução de 25,4% vs. 6M23. Essas despesas corresponderam a 32,1% da receita líquida, uma diminuição de 9,8 p.p. em comparação ao 6M23, resultado da continuidade no processo de otimização do parque de lojas, readequação da estrutura de pessoal, redução nas despesas de marketing e maior austeridade nos gastos.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

Nos 6M24, foram registradas outras receitas operacionais líquidas de R\$ 1,2 bilhão. O principal impacto foi a adesão de credores fornecedores às opções de pagamento oferecidas dentro do contexto do Plano de Recuperação Judicial que, em diversos casos, contemplava um desconto no valor original da dívida. Do total de credores fornecedores com créditos listados no Quadro Geral de Credores, a maioria recebeu à vista o valor original dos seus créditos, sem *haircut*, o restante receberá parcelado com parcelas iniciando em 2024 até 2029. O somatório deste *haircut* totalizou R\$ 805 milhões.

Além disso, nesse período, também foram contabilizados R\$ 110 milhões de *haircut* relativos a valores a pagar dentro do programa de *stock option* distribuído pela Companhia a funcionários, a título de remuneração variável. Os credores dessa modalidade tiveram um deságio de 93% do saldo total dos seus créditos.

A Companhia distribuiu JCP referente aos exercícios de 2019 a 2021 nos quais o lucro era inexistente (devido à fraude), transformando essa distribuição em remuneração sem causa, com incidência de alíquota de IRF superior a efetivamente paga. Participamos do programa de autorregularização e efetuamos pagamento da diferença devida registrando um impacto contábil em outras receitas operacionais no valor de R\$286 milhões no 6M24.

Resultado Financeiro

Para o primeiro semestre de 2024, o resultado financeiro consolidado foi negativo em R\$ 1,6 bilhão (aumento de R\$ 189 milhões vs. 6M23). A maior despesa

Comentário do Desempenho

financeira no período foi parcialmente compensada pelo reconhecimento de receitas financeiras provenientes dos *haircuts* obtidos sobre os créditos das Opção de Reestruturação I e Modalidade Geral de Pagamento, bem como o ajuste a valor presente dos créditos parcelados de credores fornecedores.

É importante destacar que, apesar da Recuperação Judicial, a Companhia registrou no 6M24 elevados níveis de despesas financeiras provenientes das dívidas existentes pré Recuperação Judicial e das novas debêntures emitidas como instrumento para operacionalizar os financiamentos DIP (*debtor-in-possession*). Essa contabilização ocorre até o momento da novação das dívidas da Americanas no âmbito do Processo de Recuperação Judicial.

Abertura Resultado Financeiro Consolidado - R\$ MM	Consolidado		
	6M24	6M23 Reapresentado	Var(R\$) 6M24 x 6M23
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	282	1.986	(1.704)
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	622	29	593
AVP Fornecedores	226	-	226
Outras receitas financeiras	26	-	26
Total receita financeira	1.156	2.015	(859)
Juros e variação monetária dos financiamentos	(2.304)	(2.961)	657
Encargos financeiros risco sacado	-	-	-
Outras despesas financeiras	(143)	(145)	2
Despesa financeira s/arrendamento	(2.447)	(3.106)	659
Encargo de arrendamento	(318)	(329)	11
Resultado financeiro	(1.609)	(1.420)	(189)

Prejuízo do exercício/período

Nos primeiros seis meses de 2024, o prejuízo foi de R\$ 1,4 bilhão, o que representa uma redução de 55,9% em relação ao mesmo período de 2023. Essa queda é resultado da continuidade dos impactos positivos iniciais da nova estratégia de negócios e esforços de transformação da Administração da Companhia.

Em março de 2024 houve a captação de um segundo DIP, no valor de R\$ 3,5 bilhões para dar início aos desembolsos necessários para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. Os DIPs aumentaram o saldo da linha de Debêntures de Curto Prazo, que também aumentou em função das provisões de juros dessas e das demais debêntures emitidas pela Americanas em anos anteriores.

Patrimônio Líquido

No primeiro semestre de 2024, a Companhia apresentou um patrimônio líquido

Comentário do Desempenho

negativo de R\$ 30,3 bilhões, uma deterioração de R\$ 1,5 bilhão em relação a dezembro de 2023, principalmente devido ao resultado do ano.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, a Companhia informa que os auditores independentes BDO RCS foram contratados para as revisões trimestrais de março e junho de 2024 (e reapresentação das informações comparativas trimestrais de 2023). A política da Companhia na contratação de serviços, que não auditoria externa, de auditores independentes garante que não haja conflito de interesses e que os serviços contratados não comprometam a independência dos seus auditores. Assim, a companhia busca que seus auditores prestem serviço de forma objetiva e emitam uma opinião e relatórios de revisão imparciais acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Comentário do Desempenho

||a||

Notas Explicativas



Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

ITR - Informações Trimestrais

30 de junho de 2024

Notas Explicativas**Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial****BALANÇOS PATRIMONIAIS****Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023**

(Em milhões de reais)



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.909	1.681	3.052	1.758
Títulos e valores mobiliários	7	1.560	1.608	1.964	2.245
Contas a receber de clientes	8	1.557	2.371	1.633	2.380
Contas a receber - Partes relacionadas	12	277	277	-	-
Estoques	9	2.194	1.969	2.233	2.028
Impostos a recuperar	10	885	900	1.107	1.149
Imposto de renda e contribuição social	11	207	435	279	467
Despesas antecipadas		111	71	119	78
Outros ativos circulantes		164	568	318	622
Total do ativo circulante		9.864	9.880	10.705	10.727
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	10	2.755	3.048	2.755	3.048
Imposto de renda e contribuição social	11	414	208	414	208
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	4.195	4.809	4.202	4.821
Depósitos judiciais		684	623	688	630
Outros ativos não circulantes		6	6	7	7
Investimentos	13	1.894	2.371	30	29
Imobilizado	14	2.191	2.314	2.237	2.381
Ativo de direito de uso	15	3.723	4.037	3.744	4.085
Intangível	16	850	890	1.120	1.179
Total do ativo não circulante		16.712	18.306	15.197	16.388
TOTAL DO ATIVO		26.576	28.186	25.902	27.115

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhões de reais)



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	1.628	5.756	1.685	5.866
Risco Sacado	18	15.908	15.908	15.908	15.908
Empréstimos e financiamentos	19	9.424	8.816	17.658	15.889
Debêntures	20	19.504	15.005	11.658	7.634
Contas a pagar - Partes relacionadas	12	1.084	1.153	-	-
Salários, provisões e contribuições sociais		222	246	268	307
Contas a pagar - Combinação de negócios	22	19	137	23	147
Tributos a recolher	21	710	1.328	727	1.355
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	-	-	23	16
Provisão para processos judiciais e contingências	23	-	57	-	57
Adiantamento recebido de clientes		30	34	127	303
Passivo de arrendamento	15	428	445	435	452
Outros passivos circulantes		731	1.219	993	1.341
Total do passivo circulante		49.688	50.104	49.505	49.275
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	17	401	-	401	-
Tributos a recolher	21	147	3	152	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	52	52
Provisão para processos judiciais e contingências	23	1.377	1.519	1.469	1.614
Passivo de arrendamento	15	4.206	4.470	4.225	4.514
Provisão para perdas em investimentos	13	663	435	-	-
Plano de assistência médica		120	120	120	120
Outros passivos não circulantes		333	385	337	387
Total do passivo não circulante		7.247	6.932	6.756	6.690
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	24	15.430	15.430	15.430	15.430
Adiantamento para futuro aumento de capital		13	1	13	1
Reservas de capital		1	115	1	115
Outros resultados abrangentes		(1.255)	(1.260)	(1.255)	(1.260)
Prejuízos acumulados		(43.136)	(43.136)	(43.136)	(43.136)
Prejuízo do período		(1.412)	-	(1.412)	-
Total do patrimônio líquido		(30.359)	(28.850)	(30.359)	(28.850)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.576	28.186	25.902	27.115

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhões de reais, exceto o resultado por ação)



Nota	Período de três meses findos em				Período de seis meses findos em				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	
		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
Receita operacional líquida	26	2.967	3.316	3.111	3.405	6.595	6.805	6.849	7.032
Custo das mercadorias e serviços	27	(1.925)	(2.390)	(2.013)	(2.479)	(4.370)	(4.981)	(4.488)	(5.209)
Lucro bruto		1.042	926	1.098	926	2.225	1.824	2.361	1.823
Receitas (despesas) operacionais									
Vendas	28	(805)	(868)	(828)	(931)	(1.628)	(1.894)	(1.663)	(1.994)
Gerais e administrativas	28	(432)	(538)	(483)	(664)	(917)	(1.332)	(1.044)	(1.550)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(671)	358	-	3	(709)	555	1	3
Outras receitas (despesas) operacionais	28	(112)	(295)	(99)	(265)	1.146	(83)	1.179	(59)
Lucro (prejuízo) operacional antes do		(978)	(417)	(312)	(931)	117	(930)	834	(1.777)
Receitas financeiras	29	144	36	221	307	1.106	538	1.156	2.015
Despesas financeiras	29	(1.021)	(878)	(1.746)	(631)	(2.021)	(2.811)	(2.765)	(3.435)
Resultado financeiro		(877)	(842)	(1.525)	(324)	(915)	(2.273)	(1.609)	(1.420)
Prejuízo antes do Imposto de renda e da		(1.855)	(1.259)	(1.837)	(1.255)	(798)	(3.203)	(775)	(3.197)
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	11	-	-	(17)	(3)	-	-	(22)	(8)
Diferidos	11	(10)	-	(11)	(1)	(614)	-	(615)	2
Prejuízo do período		(1.865)	(1.259)	(1.865)	(1.259)	(1.412)	(3.203)	(1.412)	(3.203)
Prejuízo por ação básico – em R\$	30	(2,0653)	(1,3942)			(1,5637)	(3,5471)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)



	Período de três meses findos em				Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Prejuízo do período	(1.865)	(1.259)	(1.865)	(1.259)	(1.412)	(3.203)	(1.412)	(3.203)
		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado
Outros resultados abrangentes								
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-	340	-	340	-	473	-	473
Efeitos tributários decorrentes do <i>hedge</i>	-	(116)	-	(116)	-	(161)	-	(161)
Variação cambial de investidas no exterior	4	(2)	4	(2)	5	(1)	5	(1)
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do período em períodos subsequentes	4	222	4	222	5	311	5	311
Total do resultado abrangente	(1.861)	(1.037)	(1.861)	(1.037)	(1.407)	(2.892)	(1.407)	(2.892)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)



	Controladora e Consolidado					
	Reserva de Capital					
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Plano de subscrição de ações	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado	15.430	1	147	(1.384)	(40.864)	(26.670)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	219	-	219
Plano de opção de ações	-	-	30	-	-	30
Variação cambial de investidas no exterior	-	-	-	(1)	-	(1)
Prejuízo do período	-	-	-	-	(3.203)	(3.203)
Saldos em 30 de junho de 2023 - Reapresentado	15.430	1	177	(1.166)	(44.067)	(29.625)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.430	1	115	(1.260)	(43.136)	(28.850)
Reversão da reserva do plano de opções (nota 25)	-	-	(114)	-	-	(114)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	12	-	-	-	12
Variação cambial de investidas no exterior	-	-	-	5	-	5
Prejuízo do período	-	-	-	-	(1.412)	(1.412)
Saldos em 30 de junho de 2024	15.430	13	1	(1.255)	(44.548)	(30.359)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 2023

(Em milhões de reais)



Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(1.412)	(3.203)	(1.412)	(3.203)
Ajustes ao prejuízo do período				
Depreciação e Amortização	488	517	506	618
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	11 614	-	637	6
Juros, variações monetárias e cambiais e custo de transação	1.916	900	2.648	(703)
Equivalência Patrimonial	13 709	(555)	(1)	(3)
Constituição de provisão para contingências	456	-	485	-
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	(478)	-	(498)	-
Ajuste a valor presente de obrigações	17 (226)	-	(226)	-
Haircut	(1.173)	-	(1.173)	-
Outros	(259)	(544)	(233)	(87)
Prejuízo ajustado	635	(2.885)	733	(3.372)
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Contas a receber	813	2.350	749	2.908
Estoques	(58)	1.387	(42)	1.415
Impostos a recuperar	330	502	299	447
Despesas antecipadas	(40)	(73)	(41)	(67)
Depósitos judiciais	(61)	(40)	(58)	(44)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	404	(988)	304	(940)
	1.388	3.138	1.211	3.719
Aumento(redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(2.328)	(1.121)	(2.381)	(1.129)
Salários, encargos e contribuições sociais	(24)	1	(39)	(8)
Tributos a recolher (circulante e não circulante)	(474)	(41)	(479)	(57)
Pagamento de contingências	(177)	-	(189)	-
Contas a receber/pagar empresas ligadas	(69)	(474)	-	8
Outras obrigações (circulante e não circulante)	(662)	(250)	(698)	(862)
	(3.734)	(1.885)	(3.786)	(2.048)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(2)	(134)	(6)	(140)
Juros pagos sobre arrendamentos	15 (286)	(327)	(318)	(329)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.999)	(2.093)	(2.166)	(2.170)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	48	482	281	1.201
Aquisição de imobilizado	14 (92)	(66)	(108)	(68)
Aquisição de intangível	16 (2)	(30)	(4)	(181)
Aumento de capital em controladas, coligadas e controladas	13 -	(334)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de	(46)	52	169	952
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de debêntures e empréstimos e financiamentos	3.503	3.080	3.503	3.347
Liquidações de debêntures e empréstimos e financiamentos	(24)	(1.747)	(34)	(2.802)
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	12	-
Pagamentos de passivo de arrendamento	15 (218)	(210)	(190)	(220)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	3.273	1.123	3.291	325
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.228	(918)	1.294	(893)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6 1.681	2.413	1.758	2.477
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6 2.909	1.495	3.052	1.584
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.228	(918)	1.294	(893)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)



	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	7.604	7.967	7.916	8.251
Outras Receitas	1.215	452	1.233	453
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	228	164	232	144
	9.047	8.583	9.381	8.848
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(5.580)	(5.764)	(5.732)	(5.916)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.193)	(1.961)	(1.219)	(2.069)
Reversão/ Perda por impairment	-	(3)	-	(3)
	(6.773)	(7.728)	(6.951)	(7.988)
Valor adicionado bruto	2.274	855	2.430	860
Depreciação e amortização	(488)	(517)	(506)	(618)
Valor adicionado líquido produzido	1.786	338	1.924	242
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(709)	555	1	3
Receitas financeiras	1.106	538	1.156	2.015
Valor adicionado total a distribuir	2.183	1.431	3.081	2.260
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	654	783	748	923
Benefícios	19	145	33	162
FGTS	56	57	67	70
	729	985	848	1.155
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	231	190	274	202
Estaduais	502	493	510	499
Municipais	47	52	51	59
	780	735	835	760
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	2.021	2.811	2.765	3.435
Aluguéis	50	97	30	105
Outras	15	6	15	8
	2.086	2.914	2.810	3.548
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do período	(1.412)	(3.203)	(1.412)	(3.203)
	(1.412)	(3.203)	(1.412)	(3.203)
Distribuição do valor adicionado	2.183	1.431	3.081	2.260

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais Do período findo em 30 de junho de 2024 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Americanas S.A. – Em recuperação judicial ("Americanas" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-902.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Grupo Americanas") combinam plataformas digital, física (com as Lojas Americanas, Express, Ame Go e Hortifruti Natural da Terra ("HNT")), franquias (Imaginarium e Puket) ("Uni.Co"), fulfillment, fintech (Ame Digital e Parati) e publicidade (ads).

A Americanas possui atividade há mais de 95 anos, com presença em aproximadamente 850 cidades dos 27 estados do território brasileiro. A Companhia conta com mais de 1.700 lojas próprias e e-commerce, com milhões de clientes ativos. Para sua operação, a Companhia conta com uma plataforma logística com nove centros de distribuição que permitem a realização de uma estratégia de vendas multicanal e eficiente, contando com mais de 30.000 colaboradores por trás de toda a operação.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia apresentou um prejuízo no período de R\$ 1.412, possui prejuízo acumulado de R\$ 44.548, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes individuais e consolidados de R\$ 39.824 e R\$ 38.800, respectivamente, aplicação de caixa operacional individual e consolidado de R\$ 1.999 e R\$ 2.166, respectivamente, impactados pelas operações de risco sacado e demais eventos mencionados no Fato Relevante de 13 de junho de 2023 e de seus resultados operacionais em períodos anteriores.

O plano para equalização da situação econômica e financeira da Companhia está aprovado no Plano de Recuperação Judicial. Além disto, a Administração possui um plano estratégico focado na rentabilidade, nova estratégia de crescimento sustentável, amplitude no sortimento de produtos com aumento de GMV e margem, foco na potencialização das sinergias entre físico e digital, eficiência na operação e otimização de custos e foco na reestruturação dos negócios da Ame.

Plano de Recuperação Judicial

Em razão do cenário enfrentado pela Companhia ocasionado pelos fatos narrados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial ("Recuperandas" ou "Grupo Americanas"), ajuizaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento nos art. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o "Juízo da Recuperação Judicial"). A tutela de urgência requerida foi deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos do processamento da recuperação judicial e, dentre outras medidas, suspender os efeitos das cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação. Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial ("Recuperação Judicial"), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente.

A Companhia almeja, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos.

Em continuidade, na busca de entendimentos com seus credores e com vistas a um acordo que pudesse equacionar suas dívidas e impulsionar suas atividades, o Conselho de Administração ("Conselho") aprovou a apresentação da primeira versão do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ" ou "Plano"), que foi apresentado nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023, dentro do prazo previsto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005.

Notas Explicativas

Em 27 de novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma nova versão do PRJ e, na mesma data, firmou um acordo vinculante de suporte ao PRJ (“PSA”) com credores titulares de mais de 35% da dívida da Companhia, excluindo os créditos *intercompany*. Além destes, outros credores que participaram das negociações também subscreveram, posteriormente, o PSA e passaram a apoiar o PRJ, aumentando para mais de 50% o percentual de credores com compromisso formal e vinculante de aprovação do PRJ em sede de Assembleia Geral de Credores.

Após extensas negociações entre a Companhia, seus acionistas de referência e seus principais *stakeholders*, inclusive titulares de dívidas no exterior, os credores do Grupo Americanas, reunidos em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de dezembro de 2023 (“AGC”), aprovaram o PRJ, com ajustes adicionais negociados, conforme versão do Plano apresentada aos autos na mesma data, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005.

Conforme fato relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023, a Companhia acredita que o PRJ aprovado atende aos interesses de todas as partes interessadas, de forma equilibrada, e representa um importante passo no processo de reestruturação do Grupo Americanas.

Após a aprovação em AGC, o PRJ foi submetido à apreciação do Juízo da Recuperação Judicial para homologação e concessão da Recuperação Judicial.

Em 26 de fevereiro de 2024, após a manifestação favorável da Administração Judicial e do Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial homologou, sem ressalvas, o PRJ e concedeu a Recuperação Judicial do Grupo Americanas.

Como consequência da publicação no diário oficial da decisão de homologação do PRJ e concessão da recuperação judicial, ocorrida em 27 de fevereiro de 2024, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram novados, ficando os credores concursais vinculados ao PRJ homologado.

O PRJ aprovado, homologado e em andamento prevê:

(i) a prospecção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de aumentos de capital (“Aumento de Capital Reestruturação”), com objetivo de assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano, conforme a seguir:

- (i) Valor de R\$ 12 bilhões por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade *debtor-in-possession* (“DIP”) existentes na data da realização do aumento de capital, dos quais estão no processo de integralização com previsão de conclusão em 26 de agosto de 2024; e
- (ii) Valor de até R\$12 bilhões por meio da capitalização de créditos detidos contra a Companhia por parte dos credores, dos quais estão no processo de integralização com previsão de conclusão em 26 de agosto de 2024.

Destaca-se que será assegurado aos atuais acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital Reestruturação.

(ii) a reestruturação e equalização do passivo do Grupo Americanas, conforme descrito a seguir:

- a. Credores Trabalhistas (Classe I) e ME e EPP (Classe IV): na forma do art. 45, §3º, da Lei nº 11.101/2005, o Plano não altera o valor ou as condições originais de pagamento dos créditos dos Credores Trabalhistas e dos Credores ME e EPP que foram quitados em março de 2024 de acordo com os termos e condições originais de pagamento ou em condições diversas aceitas pelo respectivo Credor;
- b. Credores Quirografários (Classe III):
 - (i) Credores com Créditos Quirografários até R\$ 12 mil: Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários em Real no valor de até R\$ 12 mil, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, optaram por ter seus respectivos Créditos Quirografários integralmente pagos pela Americanas, em parcela única, sem deságio e sem correção. Os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024.;

Notas Explicativas

- (ii) Credores com Créditos Quirografários acima de R\$ 12 mil: A Americanas está disponibilizando o montante total de aproximadamente R\$ 40 milhões para o pagamento de Credores Quirografários em Real titulares de Créditos Quirografários em montantes acima de R\$ 12 mil que aceitaram receber R\$ 12 mil para a quitação do seu Crédito Quirografário, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024;
- (iii) Credores Fornecedores: Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil e que não optaram por aderir à opção acima, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, estão sendo pagos em 48 parcelas mensais iguais, após aplicação de deságio de 50% ao valor total dos Créditos Quirografários, onde esses pagamentos foram iniciados em março de 2024, com previsão de conclusão dos pagamentos em 2026;
- (iv) Credores Fornecedores Colaboradores: A Americanas disponibilizou o montante aproximado de R\$ 3,7 bilhões para o pagamento de Credores Fornecedores não financeiros que retornaram, até a data de Aprovação do Plano, o fornecimento regular para o Grupo Americanas de produtos para revenda, conforme aplicável, nos volumes, qualidade, sortimento, prazo de entrega e condições previamente acordados com a Companhia, que preencheram estritamente os requisitos e as condições estabelecidas na Cláusula 6.2.9 do PRJ, observada a ordem de prioridade prevista na Cláusula 6.2.9.3 do Plano. O montante de R\$ 3,7 bilhões está sendo disponibilizado para pagamentos dos Credores Fornecedores Colaboradores efetuados ao longo de março de 2024, além do montante adicional de aproximadamente R\$ 300 milhões, para o pagamento escalonado do saldo em 60 parcelas adicionais. Para os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores Colaboradores, referidos valores estão sendo pagos conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil.
- (v) Credores Fornecedores de Tecnologia: A Americanas disponibilizou o montante de R\$ 100 milhões para o pagamento de Credores Fornecedores de Tecnologia que preencham os requisitos previstos na Cláusula 6.2.10 do PRJ. Os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores de Tecnologia, referidos valores foram pagos em abril de 2024 conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil.
- (vi) Leilão Reverso: As Recuperandas realizaram uma rodada de pagamento antecipado àqueles Credores Quirografários que optarem por receber a quitação integral ou de parte de seus Créditos Quirografários com um desconto não inferior a 70% do respectivo montante do Crédito Quirografário, desde que observem os requisitos previstos na Cláusula 6.2.2 do Plano. As Recuperandas utilizaram o valor de R\$ 2 bilhões para o pagamento dos Créditos Quirografários ofertados no contexto do Leilão Reverso.

No dia 13 de março de 2024, o Grupo Americanas apresentou nos autos da Recuperação Judicial o Edital do Leilão Reverso a fim de dar amplo conhecimento aos Credores Quirografários acerca do procedimento. A habilitação para participação no Leilão Reverso ocorreu entre os dias 1 e 26 de abril. O resultado do Leilão Reverso foi divulgado nos autos da Recuperação Judicial pela Administração Judicial no dia 27 de maio de 2024.
- (vii) Opção de Reestruturação I: Os Credores Quirografários que optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, com redução no percentual de 70% e amortização em parcela única em 2039, independentemente de estarem adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano.
- (viii) Opção de Reestruturação II: Os Credores Financeiros assumiram e que estão adimplentes com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após o pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, mediante a entrega de pacote composto por:
 - (i) Novas Ações Capitalização de Créditos que estão no processo de emissão no contexto do Aumento de Capital Reestruturação previsto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do PRJ;

Notas Explicativas

- (ii) Debêntures Americanas, nos termos previstos na Cláusula 6.2.6.3 do Plano, sendo (II.1) Debêntures Americanas – Série Simples, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.1 e 6.2.6.3.3 do Plano, conforme aplicável e (II.2) Debêntures Americanas – Série Prioritária, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.2 e 6.2.6.3.4 do PRJ, conforme aplicável; que estão no processo de emissão e
- (iii) Pagamento em dinheiro correspondente à parcela de Recompra Créditos Quirografários, nos termos e condições previstos nas Cláusulas 6.2.6.4 e 6.2.6.6 do Plano que ocorreu em julho de 2024.
- (ix) Modalidade de Pagamento Geral: Os credores que não optaram por nenhuma das opções de pagamento anteriores ou que se enquadrarem nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2.11 do PRJ, tiveram seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 80% e serão pagos em parcela única, no mês de março de 2043, nos termos do Plano.
- (x) Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência. Os Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência não poderão participar do Leilão Reverso e serão quitados, em apenas uma parcela em 2059, com a possibilidade de, a exclusivo critério do Grupo Americanas, tais créditos serem pagos mediante a transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95%, desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados; e
- (xi) Credores *Stock Options*. Os Credores *Stock Options*, mesmo que sejam titulares de Créditos Ilíquidos ou de Créditos Retardatários, terão seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 93% e serão quitados, após aplicação do deságio, em apenas uma parcela, 30 dias após o envio pelo respectivo Credor *Stock Options* para a Companhia das informações de pagamento.

Como forma de levantamento dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do Plano, o Grupo Americanas: (i) poderá promover processos organizados de alienação da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra (“HNT”) e da participação da Companhia no Grupo Uni.Co; (ii) poderá promover processos organizados de alienação dos ativos listados no Anexo 4.1.4 do PRJ sob a forma de UPIs ou não, observado o disposto no Plano; (iii) poderá onerar bens que integram o ativo permanente (não circulante) das Recuperandas listados no referido Anexo 4.1.4 do PRJ; e (iv) poderá promover a alienação ou oneração de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do ativo não circulante das Recuperandas (“Ativos Relevantes” inclusive para fins de garantia em processos judiciais, observadas as limitações estabelecidas na Escritura de Debêntures Americanas, e de quaisquer outros bens integrantes do seu ativo circulante (não permanente). São UPIs definidas no PRJ: HNT, Uni.co, Ame Digital. A Companhia utilizará parte dos recursos provenientes das eventuais alienações das UPIs definidas, para maximizar a redução de sua dívida remanescente com os credores aderentes à Opção de Reestruturação II.

A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada pela Administração Judicial Conjunta nos autos da Recuperação Judicial, em sua versão mais recente, no dia 2 de junho de 2023, iniciando o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos, que se encerrou em 29 de junho de 2023. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários.

Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores.

Os credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas (debêntures ou senior notes), tiveram a oportunidade de exercer, individualmente, os direitos de petição na Recuperação Judicial e de participação, voz e voto na Assembleia Geral de Credores (“AGC”). Referidos credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas efetuaram suas escolhas da sua opção de pagamento nos termos do PRJ.

Em 25 de janeiro de 2023, foi ajuizado o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 (“*Recognition Order*”).

As principais informações acerca do procedimento estão disponíveis no seguinte site “<https://ri.americanas.io/recuperacao-judicial/chapter-15/>”. Após a homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Companhia tomará as medidas necessárias para obter o reconhecimento pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque da decisão homologatória do PRJ no Brasil no âmbito *chapter 15*.

Notas Explicativas

Encerramento da Investigação Independente e Apurações Internas

Em 11 de janeiro de 2023, os então diretores da Companhia, Srs. Sergio Rial e André Covre, relataram, em reunião conjunta do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Companhia, que foram detectadas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme divulgado em Fato Relevante na mesma data. O Conselho de Administração deliberou, nesta mesma data, a criação do Comitê Independente (“Comitê”), responsável por apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis e, ao fim dos trabalhos, apresentar suas conclusões diretamente ao Conselho de Administração. Os membros do comitê independente foram os Srs. Otávio Yazbek, Eduardo Flores e Antonio Luiz Pizarro Manso, com o suporte de assessores especializados neste tipo de demanda.

Posteriormente, em 13 e 14 de junho de 2023, foram divulgados novos Fatos Relevantes que indicaram, com base em documentos entregues pelo Comitê e por documentos complementares identificados pela administração e seus assessores jurídicos, que prepararam um relatório com essas informações (“Relatório”), que tais inconsistências eram fraudes contábeis relativas a transações e/ou contabilizações fraudulentas de Verba de Propaganda Cooperada (“VPC”) e Risco Sacado da Companhia, com a liderança, envolvimento e participação de ex-executivos. Diante do Relatório apresentado pelos assessores da Companhia, o Conselho de Administração deliberou o desligamento/destituição imediata das pessoas cujos nomes foram mencionados no Relatório e que ainda estavam ligados, em qualquer medida, à Companhia.

O Conselho de Administração também orientou a Companhia e os assessores a apresentar o Relatório a todas as autoridades competentes e avaliar as medidas visando ao ressarcimento dos danos causados pelas fraudes em suas demonstrações financeiras.

Em 12 de julho de 2024, o Comitê realizou uma apresentação ao Conselho e à diretoria executiva acerca da conclusão de seus trabalhos de investigação, tendo sido entregue o relatório final no dia 16 de julho de 2024.

As evidências apresentadas pelo Comitê confirmaram a existência de fraude contábil, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na conta Fornecedores, por meio de contratos fictícios de VPC e por operações financeiras conhecidas como “risco sacado”, dentre outras operações fraudulentas incorretamente refletidas no balanço da Companhia.

Em paralelo ao trabalho do Comitê, a Companhia mensurou o impacto das inconsistências contábeis e realizou a correção destas inconsistências em suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (incluindo o impacto em exercícios anteriores), apresentadas em 14 de novembro de 2023. A conclusão da investigação do Comitê não identificou achados complementares, com relação àqueles já refletidos nas demonstrações financeiras de 2022.

A Americanas informou, ainda, que os responsáveis por comandar ou orquestrar as fraudes identificadas não mais integravam os quadros da Companhia e que, diante das evidências apresentadas pelo Comitê e sem prejuízo das medidas já tomadas com relação a tais fatos, o Conselho orientou a Diretoria da Companhia, juntamente com seus advogados, a tomar as providências necessárias para a comunicação às autoridades competentes – Ministério Público Federal, Polícia Federal, Comissão de Valores Mobiliários e demais autoridades –, e a continuar colaborando integralmente com as investigações em curso.

Adicionalmente, conforme informado no referido Fato Relevante, o Conselho solicitou que a Diretoria avalie as medidas a serem adotadas para a defesa dos interesses sociais e o ressarcimento pelos prejuízos causados à Companhia.

Governança e Medidas Tomadas pela Companhia

A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao fato relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 proferiu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao seu regulamento, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 multou administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia, atuais e antigos. A Companhia respeita, porém, veementemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3, dentre vários motivos, por a decisão ter praticamente concluído que o fato de ter havido uma fraude na Companhia seria suficiente para condenar a Companhia e determinados administradores, independentemente de ter ocorrido um caso de *management override of controls* (burla de controles internos) não detectado pelas atividades de fiscalização e auditoria tanto internas quanto externas à época.

Notas Explicativas

A decisão também desconsiderou as provas de que a Companhia atendia estritamente todas as normas do Regulamento do Novo Mercado, inclusive as que demandam diligente análise das informações financeiras e contábeis pelos respectivos órgãos internos de controle. Além disso, a decisão proferida findou por instituir uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis, ao invés de uma obrigação de meio, estabelecendo verdadeira responsabilidade objetiva de tais órgãos e seus integrantes, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, individual ou coletiva. A Companhia apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarretou a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso. Aguarda-se a decisão da Diretoria Executiva da B3 sobre mencionado recurso. A Companhia também trabalha para atender o mais rápido possível às exigências apresentadas.

Com relação aos seus controles, a Companhia adota processos de gestão de riscos e de controles internos que são divididos em três linhas: (i) a primeira, a área de negócios em si, que tem a responsabilidade de monitorar os seus próprios riscos; (ii) a segunda composta por áreas como a de Controladoria, Riscos e Controles Internos, *Compliance*, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) a terceira, a área de Auditoria Interna. Além desses três níveis, a Americanas também tem um Comitê de Auditoria Estatutário composto por membros independentes, que assessora o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade nessa pauta, e um Conselho Fiscal, órgão independente da Administração da Companhia, fiscalizador dos atos de gestão administrativa. No curso normal das suas atividades, a Administração da Companhia revisa anualmente o seu sistema de governança corporativa, visando aprimorá-lo.

A Americanas conta com uma estrutura de governança corporativa alinhada com as práticas de governança do Novo Mercado da B3 e com as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, Dow Jones, MSCI, Ranking Merco, dentre outros. Convém lembrar que a Companhia figurou por anos no índice ISE da B3, e em outros índices de governança internacionais. Um dos focos do Conselho de Administração sempre foi seguir as regras de governança recomendadas por tais certificadores e monitorar e adaptar o ambiente da Companhia conforme a evolução destas práticas ao longo dos anos.

A Companhia também adota, como parte de seu Programa de Integridade, um Código de Ética e Conduta, um Canal de Denúncias terceirizado, disponível a todos os stakeholders e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de compliance, de combate à corrupção, dentre outras. As denúncias realizadas no Canal são recebidas e classificadas por empresa terceirizada e independente, sendo posteriormente apuradas por área de investigação interna ou externa (sempre que necessário), sob a coordenação da Auditoria Interna. Caso seja identificada alguma vulnerabilidade ou fragilidade que precise de tratativa, durante a apuração é elaborado junto com as áreas de primeira e segunda linha um plano de ação. Até o momento, o resultado das apurações de denúncias não possui impacto sobre as demonstrações financeiras e nessas informações trimestrais da Companhia.

A existência de mecanismos de governança corporativa, no entanto, não blinda uma sociedade contra atos fraudulentos. Como fraudes são atos intencionais, os envolvidos geralmente criam mecanismos, mais ou menos complexos, para desviar ou neutralizar os sistemas de controle, interno e externo, da Companhia. No caso da Americanas, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia e constantes do Relatório confirmam que as áreas internas de governança (tais como Comitês, Conselho Fiscal, entre outros participantes do sistema de controles) também receberam informações manipuladas, ou seja, documentos com visões diferentes das visões e resultados reais, criados pelos envolvidos justamente para desviar ou neutralizar o sistema de controle existente. De fato, segundo indicam as evidências constantes do Relatório, no caso concreto houve um efetivo *"management override of controls"* pelo qual ex-Diretores perpetraram fraudes, através, dentre outros, de registros financeiros fictícios e de registros indevidos, o que levou às inconsistências nas demonstrações financeiras, apesar dos controles internos existentes.

Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, foram implementadas medidas com o objetivo de garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, tudo com o objetivo de contribuir plenamente com as apurações em curso e com as autoridades envolvidas. E ainda, a nova Diretoria da Companhia está empenhada em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada na observância dos valores e os princípios éticos.

A Companhia esclarece, ainda, que a Operação Disclosure conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal está embasada nas investigações independentes conduzidas por essas autoridades, e tinha como objeto a busca e apreensão nos endereços de 14 ex-executivos da Companhia com a finalidade de se colher documentos necessários para identificar a responsabilidade e envolvimento na prática dos crimes investigados. As autoridades alegam, também, que os ex-diretores teriam praticado, dentre outros, crimes de manipulação de mercado e Insider Trading. Importante destacar que as autoridades seguem com as investigações e devem, em breve, adotar outras medidas. Além disso, a Comissão de Valores Mobiliários também instaurou dois inquéritos a fim de apurar os fatos ocorridos na Companhia.

Notas Explicativas

Além disso, a Companhia vem colaborando integralmente com todas as investigações que vêm sendo realizadas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, inclusive a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e atenderá de forma diligente às determinações que surjam a partir das investigações conduzidas pelas autoridades competentes, com relação as quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça, bem como as colaborações com o Ministério Público Federal realizadas por ex-executivos. Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas com tais fatos, a Companhia avaliará as medidas cabíveis em relação a outros potenciais responsáveis.

Ainda como contramedidas, visando a fortalecer os mecanismos de controles, a Companhia contratou consultorias especializadas para avaliar efetividade dos controles para preservação de dados e também para recomendar melhorias para a atuação da segunda e da terceira linha e para o diagnóstico do ambiente de controles internos, revisão da metodologia de riscos, incluindo a materialidade e revisão dos processos priorizados das frentes financeira, contábil, comercial, *Information Technology General Controls* e *cyber* sob a ótica de riscos e controles. Está em andamento também um projeto multidisciplinar para implementação de controles mitigatórios a potenciais riscos de novas fraudes em face às informações obtidas até o momento referentes à fraude materializada. Além disso, as iniciativas de treinamento e comunicação dos times foram fortalecidas como transmissão de *lives* com convidados internos, incluindo a Alta Liderança da Companhia, e externos com temas relacionados a riscos e controles internos, ética e integridade como base para a transformação, combate ao assédio no ambiente de trabalho, dentre outras. Destaque especial para a *live* específica conduzida pelo CEO da empresa terceirizada, responsável pelo Canal de Denúncias da Companhia, para reforçar o funcionamento do Canal e o fluxo de apuração, garantindo o anonimato, a imparcialidade e a independência do Canal.

2. Reapresentação das Informações Trimestrais

Após a apresentação das informações financeiras trimestrais dos períodos de três e seis meses findo em 30 de junho de 2023, identificou-se a necessidade de aprimoramentos nas divulgações, que requereram ajustes para correção de erros nas informações trimestrais divulgadas anteriormente, decorrentes dos efeitos da descontinuação das operações de *swap* (JSM e B2W Lux) e *hedge accounting*, em virtude da Tutela de Urgência Cautelar emitida em 12 de janeiro de 2023. Além disso, foram considerados os efeitos da alocação de saldos entre as rubricas de despesas administrativas e vendas provenientes da HNT, aprimorando os efeitos de comparabilidade entre os períodos.

Os impactos no patrimônio líquido em 30 de junho de 2023 são os seguintes:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Patrimônio Líquido apresentado em 30 de junho de 2023	(29.412)	(29.412)
Ajuste	(213)	(213)
Patrimônio Líquido reapresentado em 30 de junho de 2023	(29.625)	(29.625)

Os reflexos desta reapresentação nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Demonstrações do resultado do período de três meses findo em 30 de junho de 2023

	Controladora			Consolidado		
	30/06/2023	Ajuste	30/06/2023	30/06/2023	Ajuste	30/06/2023
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado
Lucro bruto	926	-	926	926	-	926
Receitas (Despesas) operacionais						
Vendas	(733)	(135)	(868)	(796)	(135)	(931)
Gerais e Administrativas	(673)	135	(538)	(799)	135	(664)
Resultado de equivalência patrimonial	269	89	358	3		3
Demais rubricas não impactadas	(295)	-	(295)	(265)	-	(265)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(506)	89	(417)	(931)	-	(931)
Receitas financeiras	75	(39)	36	297	10	307
Despesas financeiras	(841)	(37)	(878)	(634)	3	(631)
Resultado Financeiro	(766)	(76)	(842)	(337)	13	(324)
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social	(1.272)	13	(1.259)	(1.268)	13	(1.255)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(4)	-	(4)
Prejuízo do período	(1.272)	13	(1.259)	(1.272)	13	(1.259)
Prejuízo por ação básico e diluído – em R\$	(0,0014)	(1,3936)	(1,3942)			

Demonstrações do resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2023

	Controladora			Consolidado		
	30/06/2023	Ajuste	30/06/2023	30/06/2023	Ajuste	30/06/2023
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado
Lucro bruto	1.824	-	1.824	1.823	-	1.823
Receitas (Despesas) operacionais						
Vendas	(1.627)	(267)	(1.894)	(1.727)	(267)	(1.994)
Gerais e Administrativas	(1.599)	267	(1.332)	(1.817)	267	(1.550)
Resultado de equivalência patrimonial	2.205	(1.650)	555	3	-	3
Demais rubricas não impactadas	(83)	-	(83)	(59)	-	(59)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	720	(1.650)	(930)	(1.777)	-	(1.777)
Receitas financeiras	519	19	538	2.892	(877)	2.015
Despesas financeiras	(4.229)	1.418	(2.811)	(4.099)	664	(3.435)
Resultado Financeiro	(3.710)	1.437	(2.273)	(1.207)	(213)	(1.420)
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social	(2.990)	(213)	(3.203)	(2.984)	(213)	(3.197)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(6)	-	(6)
Prejuízo do período	(2.990)	(213)	(3.203)	(2.990)	(213)	(3.203)
Prejuízo por ação básico – em R\$	(0,0033)	(3,5456)	(3,5471)			

Notas Explicativas

Demonstrações do resultado abrangente do período de três meses findo em 30 de junho de 2023

	Controladora			Consolidado		
	30/06/2023	Ajuste	30/06/2023	30/06/2023	Ajuste	30/06/2023
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado
Prejuízo do período	(1.272)	13	(1.259)	(1.272)	13	(1.259)
Outros resultados abrangentes	222	-	222	222	-	222
Total do resultado abrangente	(1.050)	13	(1.037)	(1.050)	13	(1.037)

Demonstrações do resultado abrangente do período de seis meses findo em 30 de junho de 2023

	Controladora			Consolidado		
	30/06/2023	Ajuste	30/06/2023	30/06/2023	Ajuste	30/06/2023
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado
Prejuízo do período	(2.990)	(213)	(3.203)	(2.990)	(213)	(3.203)
Outros resultados abrangentes	311	-	311	311	-	311
Total do resultado abrangente	(2.679)	(213)	(2.892)	(2.679)	(213)	(2.892)

Demonstrações do fluxo de caixa do período de seis meses findo em 30 de junho de 2023

	Controladora			Consolidado		
	30/06/2023	Ajuste	30/06/2023	30/06/2023	Ajuste	30/06/2023
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo do período	(2.990)	(213)	(3.203)	(2.990)	(213)	(3.203)
Ajustes ao prejuízo do período						
Juros, variações monetárias e cambiais	2.337	(1.437)	900	(916)	213	(703)
Equivalência patrimonial	(2.205)	1.650	(555)	(3)	-	(3)
Demais rubricas não afetadas	(27)	-	(27)	537	-	537
	(2.885)	-	(2.885)	(3.372)	-	(3.372)
Demais rubricas não afetadas	792	-	792	1.202	-	1.202
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(2.093)	-	(2.093)	(2.170)	-	(2.170)
Fluxo de caixa de atividades de investimento	52	-	52	952	-	952
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	1.123	-	1.123	325	-	325
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(918)	-	(918)	(893)	-	(893)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.413	-	2.413	2.477	-	2.477
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.495	-	1.495	1.584	-	1.584

Notas Explicativas

Adoção do Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1)

Além do tema acima, com a adoção da revisão 1 do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a Companhia procedeu com a rerepresentação da DVA entre componentes da riqueza criada (receita e insumos adquiridos de terceiros) sem afetar o valor adicionado líquido produzido pela companhia. As alterações introduzidas pelo CPC 09 (R1) que impactaram a DVA da Companhia foram:

- (a) Ajustes ao valor realizável líquido de estoques – deixam de ser apresentados como insumos adquiridos de terceiros e passam a ser divulgados como outras receitas.
- (b) Abertura da linha de “Perda e recuperação de valores ativos”.
- (c) Efeito da correção das informações comparativas mencionada anteriormente pelos *swaps*.

Efeitos dos referidos ajustes nas demonstrações do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023:

	Controladora			Consolidado			Ref.
	30/06/2023	Ajuste	30/06/2023	30/06/2023	Ajuste	30/06/2023	
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado	
Receitas							
Vendas de Mercadorias e Serviços	7.967	-	7.967	8.251	-	8251	
Outras Receitas / Despesas	524	(72)	452	525	(72)	453	(a)
Perdas (ganhos) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	82	82	164	62	82	144	(a)
	8.573	10	8.583	8.838	10	8.848	
Insumos Adquiridos de Terceiros							
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(5.754)	(10)	(5.764)	(5.906)	(10)	(5.916)	(a)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.964)	3	(1.961)	(2.072)	3	(2.069)	(b)
Perda e recuperação de valores ativos	-	(3)	(3)	-	(3)	(3)	(b)
	(7.718)	(10)	(7.728)	(7.978)	(10)	(7.988)	
Valor Adicionado Bruto	855	-	855	860	-	860	
Depreciação e Amortização	(517)	-	(517)	(618)	-	(618)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	338	-	338	242	-	242	
Valor Adicionado Recebido em Transferência							
Resultado de equivalência patrimonial	2.205	(1.650)	555	3	-	3	(c)
Receitas financeiras	519	19	538	2.892	(877)	2.015	(c)
Valor Adicionado Total a distribuir	3.062	(1.631)	1.431	3.137	(877)	2.260	
Distribuição do Valor Adicionado							
Pessoal	985	-	985	1.155	-	1.155	
Impostos, taxas e contribuições	735	-	735	760	-	760	
Juros	4.229	(1.418)	2.811	4.099	(664)	3.435	(c)
Outras remunerações de capitais de terceiros	103	-	103	113	-	113	
Remuneração de capitais de terceiros	4.332	(1.418)	2.914	4.212	(664)	3.548	
Prejuízo do período	(2.990)	(213)	(3.203)	(2.990)	(213)	(3.203)	(c)
Remuneração de Capitais Próprios	(2.990)	(213)	(3.203)	(2.990)	(213)	(3.203)	
Distribuição do valor adicionado	3.062	(1.631)	1.431	3.137	(877)	2.260	

Notas Explicativas

3. Políticas Contábeis Materiais

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essas informações trimestrais foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional.

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período findo em 30 de junho de 2024, não ocorreram mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

3.1 Base de Preparação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Em conformidade com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e na avaliação da Administração sobre os impactos relevantes das informações a serem divulgadas, as notas explicativas descritas abaixo não estão sendo apresentadas. As demais estão sendo apresentadas de forma a permitir o perfeito entendimento dessas informações trimestrais se lidas em conjunto com as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Notas explicativas não apresentadas:

- Políticas contábeis materiais;
- Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas; e
- Cobertura de seguros.

(a) Autorização de emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas

A emissão destas informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria em 14 de agosto de 2024.

(b) Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das informações trimestrais. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. A IAS 34 não exige a apresentação desta demonstração e, portanto, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

(c) Ame Digital

A Controlada Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento “Ame”, plataforma financeira da Companhia, recebeu, em 06 de outubro de 2022, autorização do Banco Central do Brasil “Bacen” para operar como Instituição de pagamento, nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, sendo constituída uma holding financeira no Grupo. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Ame passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, em conformidade com os critérios exigidos pelo Bacen. Para fins de consolidação das informações contábeis intermediárias da Ame, pela Companhia, estas estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.

3.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhões de reais, que é a moeda funcional do Grupo, exceto quando indicado de outra forma e arredondadas para o número mais próximo.

Notas Explicativas

3.3 Adoção de Normas Novas e Revisadas no Exercício

Os pronunciamentos, orientações e interpretações que entraram em vigor para o período iniciado em 1º de janeiro de 2024 não tiveram qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas Informações Trimestrais, exceto quando informado abaixo.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

A Companhia adotou às alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) pela primeira vez no período corrente. As alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Passivo Não Circulante com Covenants

A Companhia adotou às alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) pela primeira vez no período corrente. As alterações indicam que apenas *covenants* que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses *covenants* afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do *covenant* é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um *covenant* com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um *covenant* após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de *covenants* pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entenderem o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os *covenants* (incluindo a natureza dos *covenants* e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os *covenants*.

Alterações a IAS 7 (CPC 03) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 (CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 (CPC 03) afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

O termo acordos de financiamento de fornecedores' não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:

- (i) Os termos e as condições dos acordos;
- (ii) O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos;
- (iii) O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento;

Notas Explicativas

- (iv) As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores;
- (v) Informações sobre o risco de liquidez.

As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia adotará às alterações à IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) pela primeira vez nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as divulgações desta natureza a serem realizadas nas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

A Companhia adotou às alterações à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) pela primeira vez no período corrente. As alterações ao IFRS 16 (CPC 06) (R2)) acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências do IFRS 15 (CPC 47), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16 (CPC 06) (R2)). Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS 16 (CPC 06 (R2)) e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e *leaseback* que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento.

Alterações no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado

Como principal impacto das alterações realizadas no pronunciamento, quaisquer perdas e/ou valores referentes a recuperação de ativos, que não sejam mensurados pelo IAS 36 (CPC 01) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos devem ser classificados na rubrica de “outras receitas” no Grupo 1 de contas da DVA; e não como “perda e recuperação de valores ativos” no Grupo 2 de contas da DVA, como anteriormente requerido pela norma.

As demais alterações, em sua grande maioria, referem-se a (i) adequações pontuais de texto para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA e consistências com demais pronunciamentos emitidos nos últimos anos; (ii) inclusão de seções explicativas da origem e razões conceituais para elaboração e divulgação da DVA e seu histórico; e (iii) atualização de nomenclaturas do plano de contas dos modelos anexados ao CPC 09.

A Companhia efetuou a reapresentação da Demonstração do Valor Adicionado devido à adoção das alterações na norma, conforme descrito na nota 2.

3.4 Normas Novas e Revisadas Emitidas e Ainda Não Aplicáveis

Na data de autorização destas Informações Trimestrais, a Companhia ainda não adotou as normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. Os diretores da Companhia não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as informações trimestrais da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto — Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.

Notas Explicativas

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro caso transações dessa natureza ocorram.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. As principais alterações da norma são: (i) Novas categorias e subtotais na demonstração de resultados: operacional, investimento e financiamento; (ii) Divulgação em notas explicativas sobre medições não-contábeis utilizadas pela Companhia (como EBITDA, dívida líquida, entre outras); e (iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027, quando substituirá a IAS 1 (CPC 26).

A Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção desta norma.

IFRS 19 – Controladas sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Esta norma, quando adotada, permitirá que as controladas elegíveis apliquem as normas IFRS com divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras individuais. Esta norma não trará impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, por se tratar de controladora do Grupo.

Melhorias anuais nas normas IFRS de 2024

Efetua alterações nas normas:

- IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge;
- IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação;
- IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação;
- IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent”; e
- IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras quando da adoção destas alterações.

4. Gestão de Riscos Financeiros

4.1 Fatores de Riscos Financeiros

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de inflação e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. O Grupo detinha operações de *swaps*, dos quais foram descontinuados no exercício de 2023, para minimizar sua exposição a esses riscos. Com base no monitoramento realizado por seus diretores, e supervisionada pelo Conselho de Administração, é determinada quais as estratégias a serem adotadas e a contratação de *swaps* adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

Notas Explicativas

(a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

O Grupo se utilizava de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante as captações de recursos em moedas estrangeiras. Com a cautelar emitida em 12 de janeiro de 2023, todas as operações de *swaps* em vigor naquele momento foram descontinuadas, algumas delas com as respectivas liquidações financeiras efetivadas e outras gerando saldos líquidos passivos para a Companhia junto às instituições financeiras contrapartes das operações, que serão liquidados de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 19 de dezembro de 2023. Portanto, a partir da descontinuidade das operações de *swaps*, a Companhia passou a ficar com as suas dívidas em moeda estrangeira totalmente expostas à variação cambial.

Análise de Sensibilidade

A Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa efetiva anual de US\$ em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

		30/06/2024		Efeito no resultado		
		Moeda estrangeira	Reais	Cenário I Provável 2024 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
USD	Empréstimos e financiamentos	(1.636)	(8.505)	409	(1.619)	(3.647)
Impacto no resultado		(1.636)	(8.505)	409	(1.619)	(3.647)
(¹) Premissas adotadas:		30/06/2024	Provável (i)	+25%	+50%	
USD		5,20	4,95	6,19	7,43	

(¹) Taxa anual estimada do dólar em 2025, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(ii) Risco de Taxa de Juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, bem como sustentar sua posição de liquidez, quando necessário, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, que são substancialmente (cerca de 91% do total), indexados à variação do CDI e a variação do IPCA. A companhia descontinuou todas as operações de swap passando a ficar com as suas dívidas atreladas a índices financeiros (IPCA) totalmente expostas à variação desses índices.

Adicionalmente, ao longo de 2023 e 2024, a Companhia obteve empréstimo junto aos seus acionistas de referência em forma de DIP, também indexado à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI e no IPCA. Por outro lado, como o objetivo de mitigar parte dos efeitos desta exposição, a Companhia investe seu caixa substancialmente em Certificados de Depósitos Bancários, Letras financeiras e Fundo de renda fixa indexados à variação do CDI.

Análise de Sensibilidade

A Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa efetiva anual do CDI e IPCA em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Notas Explicativas

		Consolidado			
		30/06/2024	Cenário I Provável 2024 ⁽¹⁾	Cenário II (+25%) ⁽¹⁾	Cenário III (+50%) ⁽¹⁾
CDI	Equivalentes de caixa	2.671	(43)	17	76
	Títulos e valores mobiliários	1.964	(31)	12	56
	Empréstimos e financiamentos	(9.153)	146	(57)	(261)
	Debêntures	(10.453)	167	(66)	(298)
	Impacto no resultado	(14.971)	239	(94)	(427)
IPCA	Debêntures	(1.205)	3	(8)	(20)
	Impacto no resultado	(1.205)	3	(8)	(20)
(¹) Premissas adotadas:		30/06/2024	Provável (i)	+25%	+50%
	CDI	10,50	8,90	11,13	13,35
	IPCA	4,00	3,75	4,69	5,63

(¹) Taxa anual estimada de juros em 2025, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(b) Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, descontinuados no período de 2023, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de *rating* e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas em cartão do Grupo serem realizadas substancialmente por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito do mercado, que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de crédito estimada em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de Liquidez

A Administração monitora as previsões de fluxo de caixa e de liquidez do Grupo, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração as expectativas de geração operacional de caixa, os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas contratuais e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos e níveis de riscos apropriados para fornecer liquidez suficiente à Companhia, conforme determinada pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato. No entanto face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de alguns dos seus passivos financeiros serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

		Consolidado				
		Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2024						
	Fornecedores	1.685	32	283	86	2.086
	Risco Sacado	15.908	-	-	-	15.908
	Contas a pagar de combinação de negócios	23	-	-	-	23
	Empréstimos e financiamentos e debêntures	29.316	-	-	-	29.316
	Arrendamentos a pagar	435	909	2.240	1.076	4.660

Notas Explicativas

4.2 Gestão de Capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de manter uma estrutura de capital eficiente para minimizar os custos a ela associados e assegurar a continuidade de suas operações, para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios aos demais *stakeholders*.

O monitoramento da dívida do Grupo é realizado através do índice de Dívida Líquida/EBITDA, além do acompanhamento dos acordos de pagamento do plano de recuperação judicial, conforme mencionado na nota 1.

5. Instrumentos Financeiros Por Categoria

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Hierarquia	Controladora		Consolidado		
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	
Ativos Financeiros					
Mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes	Nível 2	1.557	2.371	1.633	2.380
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	277	277	-	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	Nível 2	2.671	1.454	2.671	1.454
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	1.560	1.608	1.964	2.245
Passivos Financeiros					
Mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	2.029	5.756	2.086	5.866
Risco sacado	Nível 2	15.908	15.908	15.908	15.908
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	28.928	23.821	29.316	23.523
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	1.084	1.153	-	-
Arrendamentos a pagar	Nível 2	4.634	4.915	4.660	4.966
Mensurados a valor justo por meio do resultado					
Combinação de negócios - contas a pagar	Nível 2	19	30	23	40
Combinação de negócios - opção de compra	Nível 3	-	107	-	107

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	238	227	381	304
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (i)	2.464	1.169	2.464	1.169
Letras Financeiras (ii)	195	285	195	285
Compromissadas	12	-	12	-
	2.909	1.681	3.052	1.758

(i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa média de 99% do CDI em 30 de junho de 2024 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2023). Os CDBs classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

(ii) As Letras Financeiras do Tesouro são remuneradas a aproximadamente 98% do CDI em 31 de março de 2024. Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

Notas Explicativas

7. Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (i)	34	55	215	351
Letras Financeiras (ii)	1.516	1.516	1.739	1.821
Cotas subordinadas (Fênix-FIDC)	-	1	-	1
Cotas FIDC (demais carteiras)	-	-	-	2
Fundos de renda fixa	10	36	10	70
	1.560	1.608	1.964	2.245

- (i) Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa média de 100% do CDI em 30 de junho de 2024 (de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023), na controladora e consolidado. Os CDBs registrados como títulos e valores mobiliários estão bloqueados judicialmente ou mantidos como garantia de fiança. Não há intenção de alienação desses títulos para um prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.
- (ii) Controladora e controladas aplicam em Fundos administrados por instituições financeiras de primeira linha, basicamente títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósito bancário, podendo ser negociados a qualquer momento.

8. Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Cartões de crédito (i)	1.237	1.731	1.329	1.972
Carteira digital (ii)	121	455	-	-
Fundo de Investimento – FIDC	-	-	-	68
Débitos eletrônicos e outros meios de pagamento	113	119	113	169
Contas a receber – Serviços	6	10	11	19
Demais contas a receber	105	82	225	195
	1.582	2.397	1.678	2.423
Provisão de perda de crédito estimada	(25)	(26)	(45)	(43)
	1.557	2.371	1.633	2.380

- (i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.
- (ii) Saldo em aberto na plataforma Ame Digital.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
A vencer	1.573	2.353	1.650	2.356
Vencidos:				
até 30 dias	2	5	4	10
31 a 60 dias	-	2	1	3
61 a 90 dias	1	3	1	3
91 a 120 dias	-	2	-	2
121 a 180 dias	-	6	1	6
> 180 dias	6	26	21	43
	1.582	2.397	1.678	2.423

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos. A movimentação da provisão de perda de crédito estimada está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	(26)	(19)	(43)	(22)
Adições	(3)	(1)	(5)	-
Reversões	3	11	3	-
Saldo final em 30 de junho	(25)	(9)	(45)	(22)

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Mercadorias para revenda	2.587	2.577	2.631	2.636
Suprimentos e embalagens	112	60	112	60
Mercadoria de terceiros	21	26	21	26
Provisão para perdas	(272)	(328)	(276)	(328)
Provisão para obsolescência	(254)	(366)	(255)	(366)
	2.194	1.969	2.233	2.028

A movimentação das provisões para perdas e obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	(694)	(1.057)	(694)	(1.057)
Adições	-	(32)	(6)	(33)
Reversões	168	-	169	-
Saldo final em 30 de junho	(526)	(1.089)	(531)	(1.090)

10. Impostos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.562	1.591	1.575	1.605
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	72	82	87	125
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.989	2.259	2.175	2.441
Outros	17	16	25	26
	3.640	3.948	3.862	4.197
Parcela do circulante	885	900	1.107	1.149
Parcela do não circulante	2.755	3.048	2.755	3.048

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Notas Explicativas

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Ativo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	605	627	662	646
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	16	16	31	29
	621	643	693	675
Parcela do circulante	207	435	279	467
Parcela do não circulante	414	208	414	208
Passivo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	17	11
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	6	5
	-	-	23	16

(b) Conciliação Entre Alíquotas Nominais e Efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Prejuízo do período antes do Imposto de renda e contribuição social (a)	(1.855)	(1.259)	(1.837)	(1.255)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	631	428	625	427
Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL				
Equivalência patrimonial	(228)	122	-	1
Prejuízo fiscal não reconhecido	(413)	(550)	(653)	41
Utilização prejuízo fiscal de exercícios anteriores	-	-	-	-
Outras	-	-	-	(473)
Despesa de Imposto de renda e contribuição social (b)	(10)	-	(28)	(4)
Corrente	-	-	(17)	(3)
Diferido	(10)	-	(11)	(1)
Alíquota efetiva (b/a)	(1%)	-	(2%)	-
	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Prejuízo do exercício antes do Imposto de renda e contribuição social (a)	(798)	(3.203)	(775)	(3.197)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	271	1.089	264	1.087
Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL				
Equivalência patrimonial	(241)	189	-	1
Prejuízo fiscal não reconhecido	(798)	(1.197)	(1.055)	(1.197)
Utilização prejuízo fiscal de exercícios anteriores	301	-	301	-
Prejuízo fiscal utilizado no programa de auto regularização	(205)	-	(205)	-
Despesas indedutíveis	58	(81)	58	(81)
Outras	-	-	-	184
Despesa de Imposto de renda e contribuição social (b)	(614)	-	(637)	(6)
Corrente	-	-	(22)	(8)
Diferido	(614)	-	(615)	2
Alíquota efetiva (b/a)	(77%)	-	(82%)	-

Notas Explicativas

(c) Composição e Movimentação dos Tributos Diferidos

	Controladora			Consolidado			
	Aumento/(Redução)			Aumento/(Redução)			
	31/12/2023	No resultado	30/06/2024	31/12/2023	No Patrimônio	No resultado	30/06/2024
Prejuízos fiscais e bases negativas	9.662	(404)	9.258	10.350	(3)	(404)	9.943
Reversão de créditos fiscais constituídos	(4.853)	(210)	(5.063)	(5.530)	-	(211)	(5.741)
Diferenças temporárias:							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	514	(9)	505	527	-	(10)	517
Provisão para perda de estoques e contas a receber	714	(175)	539	922	-	(175)	747
Ajustes a valor presente	3	-	3	3	-	-	3
Arrendamentos CPC 06 (R2) /IFRS16	209	48	257	209	-	48	257
Crédito fiscal de controladas no exterior	63	-	63	64	-	-	64
Outras adições	516	-	516	519	-	(1)	518
Reversão de Créditos Fiscais de Diferenças Temporárias	(1.544)	121	(1.423)	(1.760)	-	123	(1.637)
Total ativo (passivo) fiscal diferido	5.284	(629)	4.655	5.304	(3)	(630)	4.671
Créditos extemporâneos	-	-	-	(10)	-	-	(10)
Ajuste a valor justo de ativos	-	-	-	(52)	-	-	(52)
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(230)	(1)	(231)	(229)	-	(1)	(230)
Variação cambial de empréstimos	(106)	16	(90)	(105)	-	15	(90)
Outras exclusões	(139)	-	(139)	(139)	-	-	(139)
Total (passivo) fiscal diferido	(475)	15	(460)	(535)	-	14	(521)
Saldo líquido do ativo fiscal diferido	4.809	(614)	4.195	4.769	(3)	(615)	4.150

(d) Previsão de Realização dos Tributos Diferidos Ativos em 30 de junho de 2024

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses valores, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	4.195	4.150
	4.195	4.150

Notas Explicativas

12. Transações com Partes Relacionadas

	A receber (a pagar)		Receitas (despesas)	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023
Operações com controladas diretas e indiretas:				
Serviços de tecnologia, <i>fintech</i> e intermediação	(848)	(880)	(64)	(88)
Ame Digital (i)	(857)	(890)	(6)	(88)
BIT Services (ii)	19	20	(58)	-
Supermercado Now	(10)	(10)	-	-
Serviços de Transporte	98	50	(174)	-
Click/Direct (iii)	98	50	(174)	-
Transação Mercantil	(89)	(80)	(97)	-
ST Importações/ QSM (iv)	(89)	(80)	(97)	-
Outras transações (v)	32	34	-	-
Louise Holdings Ltda.	(2)	(2)	-	-
Cheyney Financial S.A.	1	1	-	-
BWU Comércio e Entretenimento S.A.	1	1	-	-
Americanas Local (vii)	33	31	-	-
Demais contas a receber	(1)	3	-	-
Ativo Circulante - Controladora	277	277	-	-
Passivo Circulante - Controladora	(1.084)	(1.153)	-	-
Contas a Receber	121	455	-	(26)
Ame Digital	121	455	-	(26)
Debêntures	(2.585)	(9.111)	628	(911)
B2W LUX (vi)	(3.803)	(3.581)	222	(438)
JSM Global (vi)	(4.110)	(3.863)	247	(473)
Debentures - DIP (vi)	5.328	(1.667)	159	-
Operações entre controladas e outras partes relacionadas:	-	-	-	1
- Operações Ame Digital x Direct	-	-	-	1

(i) Os valores de contas a receber/(pagar) com a Ame Digital, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de *Marketplace* da Controladora e reembolso de despesas compartilhadas. Os recebíveis por meio da carteira digital – Ame estão apresentados na rubrica “Contas a receber de cliente” (nota 8).

(ii) Refere-se à prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas prestados pelas controladas e reembolso de despesas compartilhadas.

(iii) As transações com a empresa Click, controlada integral, referem-se a despesas com frete, repasse de recebíveis e reembolso de despesas compartilhadas.

(iv) As operações de transação mercantil referem-se a compra de mercadorias da ST Importações Ltda e da QSM Distribuidora e Logística, adquiridas de fornecedores internacionais.

(v) Essas transações referem-se, principalmente, ao reembolso de despesas e outros serviços com outras controladas diretas ou indiretas do grupo e controladas em conjunto.

(vi) Essas transações referem-se as debêntures emitidas pela Companhia. Esses saldos e suas respectivas condições, incluindo valores nominais, datas de vencimento e taxas de juros, estão detalhados na nota 20.

(vii) As transações com a empresa Americanas Local S.A anteriormente denominada como Vem Conveniência, referem-se a reembolso de despesas e outros serviços.

Notas Explicativas

13. Investimentos – Controladora

(a) Movimentação dos Investimentos na Controladora

	Saldos em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Transferência para provisão de perdas	Outros	Saldos em 30/06/2024
Ame Holding	1.291	18	-	-	-	1.309
JSM Global (i)	280	(348)	-	69	-	1
Uni.co S.A.	198	(2)	-	-	-	196
B2W Lux (i)	189	(342)	-	153	-	-
ST Importações	108	(2)	-	-	(3)	103
Americanas Local S.A.	29	(30)	-	-	1	-
Submarino Finance	91	2	-	-	-	93
Louise Holdings	72	-	11	-	-	83
QSM Distribuidora e Logística	38	(3)	-	-	-	35
BWU Comércio e Entretenimento	22	(1)	-	-	-	21
Digital Finance	14	(1)	-	-	-	13
Extrafruti	9	1	-	-	-	10
Freijó Administração e Participações	4	-	-	-	-	4
B2W Rental	4	-	-	-	-	4
Outros	22	-	-	-	-	22
Total de investimentos	2.371	(708)	11	222	(2)	1.894
Mesa-express	(169)	(5)	-	-	1	(173)
B2W Lux	-	-	-	(153)	-	(153)
Click-Rodo Entregas Ltda	(140)	9	-	-	-	(131)
SuperNow	(62)	(12)	-	-	-	(74)
JSM Global	-	-	-	(69)	-	(69)
Klanil Services	(37)	-	(6)	-	-	(43)
Bit Services	(24)	9	-	-	-	(15)
Skoob	(3)	(2)	-	-	-	(5)
Total de provisão para perdas em investimentos	(435)	(1)	(6)	(222)	1	(663)
Total	1.936	(709)	5	-	(1)	1.231

(i) A equivalência patrimonial das empresas JSM Global e B2W Lux, foi impactada pela liquidação dos derivativos, conforme descrito na nota 4.1.

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aportes de capital	Ajuste de conversão	Transferência para provisão para perdas	Outros	Saldo em 30/06/2023
								Reapresentado
Ame Holding	837	(142)	-	333	-	-	-	1.028
VEM Conveniência (i)	583	2	-	-	-	-	-	585
Uni.co S.A.	159	(10)	-	-	-	-	-	149
ST Importações	102	-	-	-	-	-	-	102
B2W Lux	-	-	-	-	-	98	-	98
JSM Global	-	-	-	-	-	146	-	146
Submarino Finance	85	3	-	-	-	-	-	88
Louise Holdings	78	-	-	-	(6)	-	-	72
BWU Comércio e Entretenimento	45	-	-	-	-	-	-	45
Digital Finance	12	1	-	-	-	-	-	13
Extrafruti	9	1	-	-	-	-	(1)	9
Freijó Administração e Participações	3	-	-	-	-	-	-	3
Bit Services	3	(1)	-	-	-	-	-	2
Skoob	1	-	-	-	-	-	-	1
QSM Distribuidora e Logística	-	-	-	-	-	10	-	10
Outros	26	-	-	-	-	-	-	26
Total de investimentos	1.943	(146)	-	333	(6)	254	(1)	2.377
JSM Global (ii)	(307)	452	1	-	-	(146)	-	-
B2W Lux (ii)	(272)	365	4	-	-	(98)	-	(1)
Mesa Express	(171)	(15)	-	-	-	-	-	(186)
Click – Rodo Entregas Ltda	(40)	(93)	-	-	-	-	(3)	(136)
Klanil Services	(40)	-	-	-	3	-	-	(37)
QSM Distribuidora e Logística	(3)	13	-	-	-	(10)	-	-
Super Now	(1)	(19)	-	1	-	-	-	(19)
Skoob	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Total de provisão para perdas em investimentos	(834)	701	5	1	3	(254)	(3)	(381)
	1.109	555	5	334	(3)	-	(4)	1.996

- (i) Após encerramento da parceria de 50% das ações, em 30 de novembro de 2023, a Companhia alterou a sua razão social de Vem Conveniência S.A. para Americanas Local S.A. e a Americanas passou a ser titular da integralidade das ações.
- (ii) A equivalência patrimonial das empresas JSM Global e B2W Lux, foi impactada pela liquidação dos derivativos, conforme descrito na nota explicativa 4.1.

Notas Explicativas

(b) Controladas

Abaixo apresentamos as informações sobre as principais empresas em operação do grupo:

(i) Ame Digital (controlada direta)

A Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. “Ame Digital”, constituída em 31 de julho de 2019, obteve em 2022 autorização do BACEN para operar como instituição de pagamento, emitindo moeda eletrônica pré-paga. Além disso, expandiu suas operações como Credenciadora, gerando receita através de taxas pagas por estabelecimentos comerciais. Também ofereceu cartões pré-pagos e de crédito em parceria com emissores locais. Adicionalmente, atuou como *hub* de empréstimos, principalmente em parceria com instituições financeiras e plataformas de crédito, gerando receita através de comissionamento.

Outras modalidades de negócios também foram operadas ao longo do ano, tais como o *hub* de seguros que finalizou o ano de 2022 com sete modalidade de seguros e planos distintos, como também funcionalidades que visam facilitar a vida do consumidor tais como recarga de celular, cartão transporte, *gift cards*, *streaming*, *games*, *food delivery*, *doações* etc.

Em 30 de dezembro de 2022, ocorreu a aprovação da cisão parcial da companhia que teve por objetivo a reorganização societária dentro do Grupo econômico, visando à segregação dos ativos não relacionados às atividades principais da Ame, objetivando o aumento da eficiência nas operações, especialmente no âmbito financeiro e administrativo, reduzindo custos e aumentando sinergias. Essa reestruturação ainda aguarda aprovação do BACEN.

Durante o ano de 2023, a Ame Digital recebeu aportes de capital em conformidade com as alterações no contrato social. Ao todo, os aportes totalizaram R\$ 513 em 31 de dezembro de 2023.

(ii) B2W Digital Lux S.À.R.L – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia.

Emitiu, em novembro de 2020, títulos de dívida no exterior (*Bonds*), no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em 10 anos e remuneração anual de 4,375%.

(iii) JSM Global S.À.R.L. – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia.

Emitiu, em setembro de 2020, títulos de dívida no exterior (*Bonds*), no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em 10 anos e remuneração anual de 4,75%.

(iv) Uni.co S.A. (controlada direta)

O Grupo Uni.co S.A., do qual 70% do capital social foi adquirido em julho de 2021, atua em varejo especializado de franquias no Brasil e dono das marcas *Puket*, *Imaginarium*, *MinD* e *LoveBrands*. Em 20 de março de 2024, a Companhia concluiu a aquisição dos 30% restantes do capital social da Uni.Co S.A., por meio do pagamento de R\$ 107 para a Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia, pelo exercício pela Companhia da opção de compra existente no contrato de compra e venda assinado em 2021.

(v) Parati Crédito Financiamento e Investimento S.A. (controlada indireta)

A Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Parati”) é uma financeira que possui acesso direto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), sendo uma das únicas 20 instituições no País homologadas para realizar Iniciação de Transação de Pagamento (ITP). Atua, ainda, como *Bank as a Service (BaaS)* e *Regtech*, integrando *fins* ao sistema bancário, possibilitando captação direta de recursos por meio de emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), e habilitada a oferecer soluções de crédito para pessoas físicas e jurídicas.

Notas Explicativas

Em 28 de junho de 2024, a Ame Holding assinou o contrato de compra e venda da Parati com a Tudo Serviços S.A, pelo qual receberá o montante de R\$ 34 assim que for obtida a aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN). No entanto, não há um prazo estipulado para a concessão dessa aprovação.

(vi) Americanas Local S.A. - anteriormente denominada como Vem Conveniência S.A. (controlada direta)

A Americanas Local, anteriormente denominada como Vem Conveniência, foi formada em 31 de janeiro de 2022 para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo através das redes de lojas Local. A Companhia tomou a decisão de descontinuar a operação devido modelo de negócio não se alinhar mais ao plano de negócios da Companhia.

14. Imobilizado

(a) Composição

A composição do ativo imobilizado é demonstrada abaixo:

					Controladora
					30/06/2024
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(69)	(6)	143
Instalações, móveis e utensílios	10%	959	(673)	(28)	258
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.124	(1.466)	(310)	348
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	3.130	(1.688)	(47)	1.395
Obras em andamento	-	15	-	-	15
Veículos	10% a 20%	13	(11)	-	2
Outros	10%	65	(35)	-	30
Total		6.524	(3.942)	(391)	2.191

					Controladora
					31/12/2023
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(64)	(6)	148
Instalações, móveis e utensílios	10%	949	(651)	(28)	270
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.109	(1.412)	(310)	387
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	3.118	(1.603)	(47)	1.468
Obras em andamento	-	12	-	-	12
Veículos	10% a 20%	11	(10)	-	1
Outros	10%	57	(29)	-	28
Total		6.474	(3.769)	(391)	2.314

					Consolidado
					30/06/2024
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(69)	(6)	143
Instalações e móveis e utensílios	10%	976	(682)	(28)	266
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.218	(1.538)	(310)	370
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	3.154	(1.699)	(47)	1.408
Obras em andamento	-	15	-	-	15
Veículos	10% a 20%	15	(13)	-	2
Outros	10%	97	(64)	-	33
Total		6.693	(4.065)	(391)	2.237

Notas Explicativas

	Taxa anual de depreciação	Consolidado			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
					31/12/2023
Terrenos e edificações	4%	218	(64)	(6)	148
Instalações e móveis e utensílios	10%	969	(660)	(28)	281
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.205	(1.474)	(310)	421
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	3.142	(1.613)	(47)	1.482
Obras em andamento	-	12	-	-	12
Veículos	10% a 20%	12	(11)	-	1
Outros	10%	92	(56)	-	36
Total		6.650	(3.878)	(391)	2.381

A Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos imobilizado em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito na nota 15 – Imobilizado das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023. Novos testes serão realizados em 31 de dezembro de 2024, ou antes, caso haja indicações de perda por *impairment*.

A Companhia possui bens dados em garantia em algumas ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações. O montante desses bens dados em garantia, na controladora e no consolidado, é de R\$ 99 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2023). Os ativos dados em garantia nessas ações judiciais não comprometem o desenvolvimento de suas atividades operacionais.

No consolidado, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2024, as depreciações contabilizadas no custo das mercadorias vendidas e serviços prestados totalizam o montante de R\$ 4 (R\$ 5 no período findo em 30 de junho de 2023).

(b) Movimentação

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.314	2.921	2.381	2.976
Adições	92	66	108	68
Baixas	(42)	(36)	(65)	(38)
Depreciação	(173)	(151)	(187)	(161)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>	-	2	-	2
Saldo final em 30 de junho	2.191	2.802	2.237	2.847

15. Ativos e Passivos de Arrendamento

Abaixo apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

(a) Direito de Uso de Imóveis - Arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	6.825	(3.102)	3.723	4.037
	6.825	(3.102)	3.723	4.037
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	6.893	(3.149)	3.744	4.085
	6.893	(3.149)	3.744	4.085

Notas Explicativas

Movimentação do direito de uso de imóveis dos arrendamentos no período:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	4.037	5.301	4.085	5.359
Adições	70	23	72	23
Baixas	(108)	(659)	(136)	(670)
Remensurações	3	(5)	3	(5)
Depreciação	(279)	(307)	(280)	(317)
Saldo final em 30 de junho	3.723	4.353	3.744	4.390

(b) Arrendamentos a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Arrendamentos a pagar	8.322	8.980	8.352	9.039
Juros sobre arrendamento	(3.688)	(4.065)	(3.692)	(4.073)
	4.634	4.915	4.660	4.966
Parcela do circulante	428	445	435	452
Parcela do não circulante	4.206	4.470	4.225	4.514

Movimentação do passivo de arrendamento no período:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	4.915	6.068	4.966	6.128
Adições	70	23	72	23
Baixas	(136)	(649)	(191)	(656)
Pagamentos	(504)	(537)	(508)	(549)
Juros apropriados	286	327	318	329
Remensurações	3	(5)	3	(5)
Saldo final em 30 de junho	4.634	5.227	4.660	5.270

16. Intangível

(a) Composição

A composição do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Taxa anual de amortização	Controladora			Total
		Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	
					30/06/2024
Ágio	Indefinida	2.146	(54)	(1.933)	159
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.466	(3.997)	(2.423)	46
Marcas e patentes	Indefinida	646	-	(1)	645
Outros	Divers	73	(67)	(6)	-
Total		9.331	(4.118)	(4.363)	850

	Taxa anual de amortização	Controladora			Total
		Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	
					31/12/2023
Ágio	Indefinida	2.146	(54)	(1.933)	159
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.471	(3.963)	(2.423)	85
Marcas e patentes	Indefinida	646	-	(1)	645
Outros	Divers	72	(65)	(6)	1
Total		9.335	(4.082)	(4.363)	890

Notas Explicativas

		Consolidado			
		30/06/2024			
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	Indefinida	3.205	(63)	(2.880)	262
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.621	(4.131)	(2.445)	45
Marcas e patentes	Indefinida	857	(5)	(76)	776
Outros	Diversos	127	(84)	(6)	37
Total		10.810	(4.283)	(5.407)	1.120

		Consolidado			
		31/12/2023			
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	Indefinida	3.234	(63)	(2.895)	276
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.627	(4.095)	(2.445)	87
Marcas e patentes	Indefinida	857	(5)	(76)	776
Outros	Diversos	126	(80)	(6)	40
Total		10.844	(4.243)	(5.422)	1.179

A Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito na nota 16 – Intangível das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Novos testes serão realizados em 31 de dezembro de 2024, ou antes, caso haja indicações de perda por *impairment*.

(b) Movimentação

A seguir demonstramos a movimentação do intangível:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	890	1.214	1.179	1.527
Adições	2	30	4	181
Baixas	(6)	(25)	(10)	(51)
Amortização	(36)	(59)	(39)	(140)
Ativo mantido para venda	-	-	(14)	-
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>	-	7	-	7
Saldo final em 30 de junho	850	1.167	1.120	1.524

(c) Ágios

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*). Estes ágios são apurados em aquisições de investimentos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura. Não houve alteração nos saldos por unidade geradora de caixa com relação aos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Notas Explicativas

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e Acordos comerciais (i)	1.640	845	1.697	859
Fornecedores da recuperação judicial	(167)	(543)	(167)	(543)
Ajuste a valor presente - recuperação judicial	782	5.454	782	5.550
	(226)	-	(226)	-
	2.029	5.756	2.086	5.866
Parcela do circulante	1.628	5.756	1.685	5.866
Parcela do não circulante	401	-	401	-

(i) Nas operações comerciais, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido.

Abaixo apresentamos os débitos e prazo de pagamento por categoria dos fornecedores classificados conforme definido no Plano de Recuperação Judicial:

Categoria dos fornecedores	Saldo em 30/06/2024
Opção de reestruturação I	11
Credores fornecedores colaboradores	583
Créditos fornecedores de tecnologia	109
Modalidade de pagamento geral	79
	782
Ajuste a valor presente	(226)
	556
Parcela do circulante	155
Parcela do não circulante	401

18. Risco Sacado

Considerando as características dessas transações em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2021 de 29 de janeiro de 2021, apresentamos abaixo o montante total por instituição financeira:

Instituição Financeira	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Banco Bradesco S.A.	4.315	4.315	4.315	4.315
Banco BTG Pactual S.A.	3.622	3.622	3.622	3.622
Itaú Unibanco S.A.	2.704	2.704	2.704	2.704
Banco Safra S.A.	2.127	2.127	2.127	2.127
Banco Santander (Brasil)	1.909	1.909	1.909	1.909
Banco Daycoval S.A.	515	515	515	515
Banco ABC Brasil S.A.	416	416	416	416
Banco do Brasil S.A.	300	300	300	300
	15.908	15.908	15.908	15.908

A Companhia mantém convênios, firmados anteriormente ao processo de Recuperação Judicial, com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuíam a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações mercantis entre as partes. Estes acordos não possuem cláusulas restritivas (*covenants*), financeiros ou não financeiros.

A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação.

Notas Explicativas

19. Empréstimos e Financiamentos

A Companhia e suas subsidiárias estão com a exigibilidade de seus empréstimos e financiamentos suspensos desde o ajuizamento da tutela de urgência cautelar ocorrida em 19 de dezembro de 2023 e, por isso, permanecem com seus saldos congelados dentro do processo de recuperação judicial. A Companhia provisionou juros e correção monetária que teriam sido incorridos desde o período da recuperação judicial de acordo com os termos e condições originais dos contratos de empréstimos e financiamento.

(a) Composição

Objeto	Encargos anuais	Vencimento contratual	Controladora		Consolidado	
			30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Em moeda nacional						
Capital de giro	124,0% do CDI	20/12/2027	1.112	1.048	1.196	1.127
Capital de giro	CDI + 1,8% a 3,7%	08/03/2029	7.189	6.699	7.271	6.789
FINEP	TJLP + 1,0%	15/08/2028	44	42	44	42
Dívidas honradas por Fianças (i)			774	790	774	790
Em moeda estrangeira						
Dívida sobre descontinuação dos swaps (ii)			-	-	2.192	1.913
Empréstimo Estrangeiro – dólar	US\$ + 4,70%	03/11/2023	370	319	370	319
Bonds Lux	US\$ + 4,375%	20/12/2030	-	-	2.967	2.526
Bonds JSM	US\$ + 4,75%	15/10/2030	-	-	2.976	2.535
Custo com captações (IOF e outras)			(65)	(82)	(132)	(153)
Total			9.424	8.816	17.658	15.889

(i) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (abertura e reforma de lojas, logística e tecnologia), FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos) e PEC (Capital de Giro). Em decorrência do início do processo de Recuperação Judicial da Companhia, o BNDES executou a garantia dos empréstimos, em forma de fianças bancárias, contra os Bancos Bradesco e Safra, que honraram as fianças e passaram a ser os credores destes financiamentos, que serão liquidados de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 19 de dezembro de 2023.

(ii) Com a ocorrência da descontinuação dos swaps, a Companhia passou a deter uma nova dívida com as instituições financeiras sobre o valor líquido dos derivativos ativos e passivos.

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		Reapresentado		Reapresentado
Saldo inicial em 1º de janeiro	8.816	9.366	15.889	17.386
Captação	-	1.512	-	1.779
Amortização principal	-	(1.538)	(10)	(2.593)
Pagamento de juros	-	(118)	(4)	(124)
Mensuração a valor justo	-	-	-	(317)
Encargos financeiros	546	(950)	613	(989)
Variação cambial	44	-	1.147	-
Custo com captações	18	20	23	25
Saldo final em 30 de junho	9.424	8.292	17.658	15.167

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants* e *Cross Default*) constantes de alguns contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros e não financeiros, não atendidos pela Companhia. Desta forma, esses passivos foram reclassificados integralmente para o passivo circulante.

Notas Explicativas

20. Debêntures

A Companhia e suas subsidiárias estão com a exigibilidade de suas debêntures suspensas desde o ajuizamento da tutela de urgência cautelar ocorrida em 19 de dezembro de 2023 e, por isso, permanecem com seus saldos congelados dentro do processo de recuperação judicial. A Companhia provisionou juros e correção monetária que teriam sido incorridos desde o período da recuperação judicial de acordo com os termos e condições originais dos contratos das dívidas financeiras.

(a) Composição

	Data de emissão	Vencimento Contratual	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado	
							30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
14ª Emissão – Lame A4	18/05/2020	18/05/2023	Pública	50.000	500	CDI + 3%	633	593	633	593
15ª Emissão – Lame A5	02/06/2020	02/06/2023	Pública	50.000	500	CDI + 3%	629	589	629	589
16ª Emissão – Lame A6	15/09/2020	15/10/2030	Pública	3.100.000	3.100	IPCA + 7,4%	4.521	4.254	410	392
5ª Emissão pública	15/11/2020	15/12/2030	Pública	3.100.000	3.100	IPCA + 6,957%	4.373	4.126	571	545
17ª Emissão – Lame A7	08/07/2022	15/07/2033	Pública	200.000	2.000	CDI + 2,750%	2.666	2.501	2.666	2.501
18ª Emissão – Lame A8	20/10/2022	20/10/2027	Pública	100.000	1.000	CDI + 1,55%	1.241	1.170	1.241	1.170
19ª Emissão – DIP (1ª tranche)	13/02/2023	13/02/2025	Privada	1.000	1.000	128% CDI	1.227	1.150	1.227	1.150
19ª Emissão – DIP (2ª tranche)	06/10/2023	06/10/2025	Privada	1.000	501	128% CDI	549	517	549	517
20ª Emissão – DIP (i)	06/03/2024	05/03/2026	Privada	1.000	1.167	128% CDI	1.186	-	1.186	-
20ª Emissão – DIP (i)	07/03/2024	05/03/2026	Privada	1.000	1.168	128% CDI	1.183	-	1.183	-
20ª Emissão – DIP (i)	08/03/2024	05/03/2026	Privada	1.000	1.167	128% CDI	1.182	-	1.182	-
2ª Emissão – Hortifruti	15/03/2021	16/03/2026	Privada	175.000	175	IPCA + 5,083%	224	225	224	225
Custo com captações (IOF e outras)							(110)	(120)	(43)	(48)
Total							19.504	15.005	11.658	7.634

(i) Em 05 de março de 2024, a Companhia assinou a escritura da 20ª emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, no valor de até R\$ 3.500, e que dará início ao desembolso dos montantes necessários para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. O Financiamento DIP (*Debtor in Possession Financing*) conta com garantia real, nos termos do artigo 58, da Lei nº 6.404/76 e possui prazo de vencimento de 24 meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate e/ou vencimento antecipado.

As informações divulgadas acima são provenientes dos contratos originais das dívidas financeiras. A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants e Cross Default*) constantes de alguns contratos das dívidas. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros e não financeiros, não atendidos pela Companhia. Desta forma, esses passivos foram reclassificados integralmente para o passivo circulante.

Notas Explicativas

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	15.005	11.658	7.634	5.363
Captação	3.503	1.568	3.503	1.568
Amortização principal	(24)	(209)	(24)	(209)
Pagamento de juros	(2)	(16)	(2)	(16)
Mensuração a valor justo	-	(846)	-	-
Encargos financeiros	1.012	1.489	543	(77)
Custo com captações	10	14	4	9
Saldo final em 30 de junho	19.504	13.658	11.658	6.638

21. Tributos a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	624	686	630	694
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	198	613	198	614
Imposto sobre Serviços (ISS)	12	13	15	21
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS)	6	8	9	14
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	6	5	6	7
Outros	11	6	21	8
	857	1.331	879	1.358
Parcela do circulante	710	1.328	727	1.355
Parcela do não circulante	147	3	152	3

22. Contas a pagar - Combinação de Negócios

A Companhia, de acordo com o seu plano estratégico, realizou combinações de negócios, com parte dos valores a serem pagos a prazo e/ou com opções de compra, conforme abaixo:

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Contas a pagar				
Supernow	-	6	-	6
Shipp	-	-	3	7
IMB Textil	-	-	1	3
Skoob	11	15	11	15
	11	21	15	31
Opção de compra				
Uni.co (i)	8	116	8	116
	19	137	23	147

(i) Em 20 de março de 2024, a Companhia concluiu a aquisição de ações ordinárias representativas de 30% do capital social da Uni.Co S.A., por meio do pagamento de R\$ 107 para a Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia. Com isso, a Companhia passou, partir dessa data, a ser titular da totalidade das ações da Uni.Co.

Notas Explicativas

23. Provisão Para Processos Judiciais e Contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, conflitos cíveis, relacionadas aos direitos do trabalhador, de natureza imobiliária e locatícia, entre outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas, conduzido pelo departamento jurídico e por advogados externos.

A Administração, através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produzidos a partir da análise das demandas pendentes, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de cartas de fiança bancária, apólices de seguro ou depósitos judiciais, conforme o caso.

Considerando o cenário da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem realizando o acompanhamento e atualização dos critérios de estimativas da provisão, de acordo com o novo modelo e histórico de encerramento dos processos judiciais.

A Companhia entende que não terá a expectativa de pagamento das contingências no curto prazo em virtude do Plano de Recuperação Judicial. Em 30 de junho de 2024, a Companhia e suas controladas apresentavam as seguintes provisões:

(a) Provisões Constituídas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Fiscais	971	1.072	1.027	1.133
Trabalhistas	236	232	272	266
Cíveis	30	23	31	23
Imobiliário	138	249	137	249
Consumidor	2	-	2	-
	1.377	1.576	1.469	1.671
Parcela do circulante	-	57	-	57
Parcela do não circulante	1.377	1.519	1.469	1.614

Fiscais

Os principais processos fiscais do Grupo estão representados por processos:

- decorrente de crédito tributário de ICMS constituído sobre operações realizadas com fornecedores declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial;
- decorrente do aproveitamento de crédito referente à inconstitucional majoração do percentual de 1% do ICMS, entre os anos de 1990 e 1997, promovida pelo Estado de São Paulo;
- decorrente da diferença quantitativa entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário, de lojas físicas;
- decorrente da exigência de imposto sobre a renda de Pessoa Jurídica, decorrente da inobservância do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ, e;
- decorrente do recolhimento a menor de ICMS-ST em desacordo com o previsto no Regime Especial estabelecido entre a Companhia e o Estado de MG.

A Companhia e suas controladas mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja avaliação de prognóstico foi de que as posições fiscais adotadas serão provavelmente aceitas pelas autoridades, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos

Notas Explicativas

Trabalhistas

O Grupo também é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras entre outros.

Cíveis

A Companhia, juntamente com suas controladas, é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e das operações de suas controladas, principalmente relacionadas a consumidores. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

Imobiliário

O Grupo também é parte em ações judiciais de natureza imobiliária. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente demandas renovatórias e revisionais de contratos de locação, bem como, ações que discutem cobranças de valores relacionados ao custo de ocupação dos imóveis.

(b) Passivos Contingentes Não Provisionados

O Grupo possuía demandas administrativas e judiciais, com prognóstico possível de perda, no montante aproximado de R\$ 9.252 (R\$ 11.418 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R\$ 9.721 no consolidado (R\$ 11.903 em 31 de dezembro de 2023). As principais variações ocorridas no período decorrem, basicamente, de atualizações monetárias, adições de novos processos, baixas e mudanças de prognósticos de processos existentes, os quais estão em conformidade com os critérios e com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Companhia e suas controladas mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja avaliação de prognóstico foi de que as posições fiscais adotadas serão provavelmente aceitas pelas autoridades, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos.

Requerimento de Instauração de Arbitragem

Em abril de 2024, a Companhia tomou conhecimento de arbitragem iniciada por uma associação com o valor da causa de R\$ 32.000, sendo que, os requerentes imputam à Companhia e aos acionistas de referência indenização no valor de R\$ 12.000. Em paralelo, os requerentes também pedem, na qualidade de substitutos processuais da Americanas, indenização em favor da própria Companhia no valor de R\$ 20.000. Em síntese, a arbitragem busca (i) condenar a Companhia e Acionistas de Referência a indenizar os investidores pelas inconsistências contábeis identificadas em suas demonstrações financeiras, e (ii) condenar os acionistas de referência a indenizarem a Companhia pelo prejuízo ocasionado ao patrimônio social em virtude das inconsistências contábeis. A arbitragem está em fase administrativa. Aguarda-se a constituição do Tribunal Arbitral e decisão da presidência da CAM-B3 sobre eventual consolidação desses procedimentos arbitrais. Os valores envolvidos nos referidos procedimentos arbitrais não são passíveis de liquidação na fase atual dos procedimentos, porém a chance de perda atual é considerada, no mérito, como possível.

24. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 15.430, representado por 902.529.503 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantinha 7.416 ações em tesouraria a um custo médio unitário de R\$ 27,37.

Notas Explicativas

A composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Acionistas de referência	272.167.492	272.167.492
Administradores	334.335	334.335
Outros acionistas ("free floating")	630.020.260	630.020.260
	<u>902.522.087</u>	<u>902.522.087</u>
Ações em tesouraria	7.416	7.416
Acionistas de referência	30,16%	30,16%
Outros acionistas não controladores	69,84%	69,84%

(b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital social.

25. Pagamento Baseado em Ações

A Companhia, a partir do exercício de 2023, em função da decretação da Recuperação Judicial "RJ", não ofertou nenhum novo Plano de Ações aos seus executivos e empregados.

Para os contratos existentes, a Companhia reverteu no primeiro trimestre de 2024 o saldo da reserva de capital – Plano de Opção de Ações, no montante de R\$ 114, e assumiu um passivo com os beneficiários detentores desses Planos a vencer no montante de R\$ 4. A reversão da reserva e a constituição do passivo tem como base a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial "PRJ" ocorridos em 19 de dezembro de 2023 e 27 de fevereiro de 2024, respectivamente.

As ações que seriam criadas e outorgadas aos beneficiários dos Planos, quando do vencimento dos respectivos contratos se atendidas todas as cláusulas previstas, para a concessão do benefício, não mais serão criadas. O valor das ações que os beneficiários têm direito serão pagas a estes nas datas dos vencimentos dos Planos, da seguinte forma:

- Para os Planos em aberto emitidos a partir de exercício de 2018 a 2022, pela cotação de mercado das ações do dia em que ocorrer o pagamento;
- Para o Plano de 2022 cujas ações foram subscritas e não foram emitidas, pelo valor disponibilizado pelo beneficiário na época, deduzido de *haircut* de 93%, com atualização da Taxa Referencial de Juros "TR" até a data do pagamento; e

Para o período findo em 30 de junho de 2023, os custos de remuneração dos executivos foram de R\$ 30 registrados em outras despesas operacionais em contrapartida a reserva de capital – Plano de Opção de Ações na controladora e consolidado.

Notas Explicativas

26. Receita de Vendas e Serviços

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Receita bruta de vendas e serviços	3.815	4.229	3.993	4.347
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(379)	(351)	(381)	(353)
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(467)	(558)	(499)	(585)
Outros	(2)	(4)	(2)	(4)
Receita líquida	2.967	3.316	3.111	3.405

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Receita bruta de vendas e serviços	8.523	8.724	8.839	9.014
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(919)	(757)	(923)	(763)
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(1.006)	(1.156)	(1.064)	(1.213)
Outros	(3)	(6)	(3)	(6)
Receita líquida	6.595	6.805	6.849	7.032

27. Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Mercadorias revendidas	(1.925)	(2.427)	(1.956)	(2.458)
Custo dos serviços prestados	-	37	(57)	(21)
	(1.925)	(2.390)	(2.013)	(2.479)

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Mercadorias revendidas	(4.368)	(4.974)	(4.358)	(5.083)
Custo dos serviços prestados	(2)	(7)	(130)	(126)
	(4.370)	(4.981)	(4.488)	(5.209)

28. Despesas Por Natureza

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Despesas com pessoal	(494)	(556)	(521)	(590)
Despesas e serviços com operações comerciais	(433)	(488)	(454)	(516)
Outras	(68)	(126)	(83)	(214)
	(995)	(1.170)	(1.058)	(1.320)
Depreciação e amortização	(242)	(236)	(253)	(275)
Total das despesas com vendas, gerais e administrativas	(1.237)	(1.406)	(1.311)	(1.595)
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(805)	(868)	(828)	(931)
Despesas gerais e administrativas	(432)	(538)	(483)	(664)
	(1.237)	(1.406)	(1.311)	(1.595)
Provisão para contingências	(82)	-	(81)	-
Outros	(30)	(295)	(18)	(265)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(112)	(295)	(99)	(265)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Despesas com pessoal	(996)	(1.169)	(1.070)	(1.243)
Despesas e serviços com operações comerciais	(777)	(1.015)	(808)	(1.031)
Outras	(284)	(535)	(327)	(679)
	(2.057)	(2.719)	(2.205)	(2.953)
Depreciação e amortização	(488)	(507)	(502)	(591)
Total das despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.545)	(3.226)	(2.707)	(3.544)
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(1.628)	(1.894)	(1.663)	(1.994)
Despesas gerais e administrativas	(917)	(1.332)	(1.044)	(1.550)
	(2.545)	(3.226)	(2.707)	(3.544)
Provisão para contingências	55	-	58	-
Outros (i)	1.091	(83)	1.121	(59)
Outras receitas e (despesas) operacionais	1.146	(83)	1.179	(59)

(i) Em 2024, a Companhia reconheceu R\$ 805 referentes ao *Haircut* de fornecedores, montante esse relacionado a dívidas que estão sendo reestruturadas pelo plano de Recuperação Judicial.

29. Resultado Financeiro

	Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Juros e variação monetária e cambial sobre títulos e valores mobiliários	67	24	140	292
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária (i)	92	12	92	15
Ajuste a valor presente de fornecedores	(21)	-	(21)	-
Outras receitas financeiras	6	-	10	-
Total receita financeira	144	36	221	307
Juros e variação monetária e cambial dos financiamentos	(815)	(696)	(1.536)	(445)
Encargos de arrendamento	(141)	(158)	(141)	(159)
Outras despesas financeiras	(65)	(24)	(69)	(27)
Total despesa financeira	(1.021)	(878)	(1.746)	(631)
Resultado financeiro	(877)	(842)	(1.525)	(324)
	Reapresentado		Reapresentado	
	Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Juros e variação monetária e cambial sobre títulos e valores mobiliários	238	526	282	1.986
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	621	12	622	29
Ajuste a valor presente de fornecedores	226	-	226	-
Outras receitas financeiras	21	-	26	-
Total receita financeira	1.106	538	1.156	2.015
Juros e variação monetária e cambial dos financiamentos	(1.602)	(2.345)	(2.304)	(2.961)
Encargos de arrendamento	(286)	(327)	(318)	(329)
Outras despesas financeiras	(133)	(139)	(143)	(145)
Total despesa financeira	(2.021)	(2.811)	(2.765)	(3.435)
Resultado financeiro	(915)	(2.273)	(1.609)	(1.420)

(i) Em 2024, inclui R\$368 referente ao *Haircut* de credores financeiros decorrente do plano de Recuperação Judicial, na controladora e consolidado.

Notas Explicativas

30. Resultado Por Ação

O cálculo do resultado básico e diluído por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Prejuízo do período	(1.865)	(1.259)	(1.412)	(3.203)
Média ponderada de número de ações em circulação	902.522.087	902.522.087	902.522.087	902.522.087
Prejuízo por ação básico – em R\$	(2,0653)	(1,3942)	(1,5637)	(3,5471)

Devido ao prejuízo nos períodos apresentados, não existiram efeitos dilutivos ao resultado.

31. Remuneração dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

	Período de três meses findo em				Período de seis meses findo em			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Benefício de curto prazo à administradores	9	16	12	19	17	30	21	34
	9	16	12	19	17	30	21	34

Nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, a remuneração total aos administradores da Companhia, referem-se a salários e bônus distribuídos aos conselheiros, diretores e principais executivos da Companhia, não tendo sido desembolsado qualquer montante referente a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. As remunerações estão dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

32. Informações por Segmento

Para fins de análise e gerenciamento das operações, o Grupo é dividido em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

Varejo: A receita de vendas de mercadorias tem como origem a aquisição, pelos clientes, nas lojas físicas, de produtos de sua preferência pagos nos caixas (“PDVs”) das lojas. A receita de vendas de mercadorias tem como origem a aquisição, pelos clientes, nas plataformas digitais.

Fresh Foods: especializada em produtos frescos com foco em frutas, legumes e verduras do Brasil, oferecendo diversos serviços para compras realizadas nas lojas, sites, apps e WhatsApp, incluindo entregas no mesmo dia e retirada na loja em 100% da sua rede.

Serviços Financeiros: plataforma *mobile* de negócios na prestação de serviços com tecnologias avançadas envolvendo estruturas de pagamento em vendas físicas e digitais inclusive através de parcerias com outras empresas e com vantagens para os consumidores finais.

Varejo Premium: Pelo Grupo Uni.co S.A., especializado em franquias, comercializando e distribuindo produtos em todo o território nacional, atua por meio de uma estratégia *omnichannel* com uma rede de franquias, clientes multimarca e canais digitais.

Notas Explicativas

A Administração, na figura do CEO (*Chief Executive Officer*) como o principal gestor das operações, monitora os segmentos do Grupo conforme abaixo:

	Período de três meses findo em 30/06/2024					
	Varejo	Fresh Foods	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	2.745	436	33	48	(151)	3.111
Intersegmento	148	-	3	0	(151)	-
Cientes externos	2.597	436	30	48	-	3.111
Custo das mercadorias e serviços vendidos (i)	(1.828)	(276)	(1)	(21)	115	(2.011)
Lucro bruto	917	160	32	27	(36)	1.100
Vendas	(693)	(142)	(11)	(10)	28	(828)
Gerais e administrativas (ii)	(187)	(10)	(31)	(10)	8	(230)
Outras despesas operacionais líquidas	(106)	3	4	-	-	(99)
EBITDA	-69	11	(6)	7	-	(57)
Depreciação e amortização (i) (ii)						(255)
Resultado de equivalência patrimonial						-
Resultado Financeiro						(1.525)
Imposto de renda e Contribuição Social						(28)
Prejuízo do período						(1.865)

- (i) O valor de R\$ 2 referentes a depreciação das empresas de transportes (Click, Courriers Transportes, Eco Logística, Ecolivery Courriers) que estão classificados em custo das mercadorias e serviços vendidos, foram realocados para a linha de depreciação; e
- (ii) A depreciação e amortização estão sendo apresentadas segregadas do grupo de Despesas gerais e administrativas.

	Período de seis meses findo em 30/06/2024					
	Varejo	Fresh Foods	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	6.082	917	72	87	(309)	6.849
Intersegmento	303	-	6	-	(309)	-
Cientes externos	5.779	917	66	87	-	6.849
Custo das mercadorias e serviços vendidos (i)	(4.109)	(581)	(2)	(36)	244	(4.484)
Lucro bruto	1.973	336	70	51	(65)	2.365
Vendas	(1.423)	(280)	(10)	(20)	70	(1.663)
Gerais e administrativas (ii)	(405)	(40)	(69)	(23)	(5)	(542)
Outras despesas operacionais líquidas	1.165	6	4	4	-	1.179
EBITDA	1.310	22	(5)	12	-	1.339
Depreciação e amortização (i) (ii)						(506)
Resultado de equivalência patrimonial						1
Resultado Financeiro						(1.609)
Imposto de renda e Contribuição Social						(637)
Prejuízo do período						(1.412)

- (i) O valor de R\$ 4 referente a depreciação das empresas de transportes (Click, Courriers Transportes, Eco Logística, Ecolivery Courriers) que estão classificados em custo das mercadorias e serviços vendidos, foram realocados para a linha de depreciação; e
- (ii) A depreciação e amortização estão sendo apresentadas segregadas do grupo de Despesas gerais e administrativas.

Notas Explicativas

	Período de três meses findo em 30/06/2023					
	Varejo	Fresh Foods	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	3.008	451	34	56	(144)	3.405
Intersegmento	119	-	24	-	242	385
Cientes externos	2.889	451	10	56	(386)	3.020
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(2.234)	(277)	-	(27)	59	(2.479)
Lucro bruto	774	174	34	29	(85)	926
Vendas	(739)	(149)	(61)	(11)	29	(931)
Gerais e administrativas (i)	(345)	(17)	(65)	(15)	55	(387)
Outras despesas operacionais líquidas	(257)	(11)	1	2	-	(265)
EBITDA	(567)	(3)	(91)	5	(1)	(657)
Depreciação e amortização (i)						(277)
Resultado de equivalência patrimonial						3
Resultado Financeiro						(324)
Imposto de renda e Contribuição Social						(4)
Prejuízo do período						(1.259)

(i) A depreciação e amortização estão sendo apresentadas segregadas do grupo de Despesas gerais e administrativas.

	Período de seis meses findo em 30/06/2023					
	Varejo	Fresh Foods	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	6.297	915	105	100	(385)	7.032
Intersegmento	305	-	80	-	-	385
Cientes externos	5.992	915	25	100	(385)	6.647
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(4.770)	(567)	-	(47)	175	(5.209)
Lucro bruto	1.527	348	105	53	(210)	1.823
Vendas	(1.638)	(297)	(135)	(23)	99	(1.994)
Gerais e administrativas (i)	(934)	(18)	(93)	(23)	110	(958)
Outras despesas operacionais líquidas	(49)	(11)	1	-	-	(59)
EBITDA	(1.094)	22	(122)	7	(1)	(1.188)
Depreciação e amortização (i)						(592)
Resultado de equivalência patrimonial						3
Resultado Financeiro						(1.420)
Imposto de renda e Contribuição Social						(6)
Prejuízo do período						(3.203)

(i) A depreciação e amortização estão sendo apresentadas segregadas do grupo de Despesas gerais e administrativas.

33. Eventos Subsequentes

(a) Plano de Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial prevê reestruturação e equalização dos passivos das empresas recuperandas, conforme resumido na nota 1, o que deve resultar em significativa redução de tais passivos.

Considerando os passivos financeiros a serem impactados pelo plano de Recuperação Judicial em 2024 e apesar das condições necessárias para ter a conclusão da avaliação destes impactos ainda não estarem todas disponíveis e reunidas, a divulgação da melhor estimativa da Administração da Companhia destes impactos se faz relevante.

Os créditos incluídos no Plano de Recuperação Judicial e a estimativa de seus valores são conforme abaixo:

Notas Explicativas

Credores	Rubricas contábeis correspondentes	Estimativa das dívidas alocados por tipo de credor (i)	Haircut estimado	Ajuste a valor presente	Estimativa de Valor Justo das dívidas reestruturadas
Classe I	Provisão para processos judiciais e contingências	83	-	-	83
Classe III		42.122	13.033	574	28.515
Financeiros	Empréstimos e financiamentos e debêntures	36.637	12.176	342	24.119
Fornecedores	Fornecedores	5.485	857	232	4.396
Classe IV	Fornecedores	180	-	-	180
	Dívida estimada considerando haircut e AVP	42.385	13.033	574	28.778
					Capitalização estimada da dívida (ii) (12.000)
					Leilão reverso e recompra estimados (iii) (8.963)
					Compensações estimadas - credores fornecedores (4.180)
					Compensações estimadas - credores financeiros (1.786)
					Compensações estimadas – contingências (83)
					Dívida estimada após os ajustes da recuperação judicial e compensações 1.766

- (i) Credores de classes consideradas no Plano de Recuperação Judicial, vide Nota 1.
- (ii) Valor da capitalização estimada de créditos detidos contra a Companhia por parte dos credores aplicáveis a categorias determinadas pelo Plano de Recuperação Judicial, vide Nota 1; e
- (iii) Conforme características e definições do Plano de Recuperação Judicial, vide na Nota 1.

Entretanto, é importante ressaltar que tais estimativas são calculadas com base em: (a) indicadores financeiros, tais como taxa de juros; (b) informação das escolhas dos credores sobre a forma de pagamento; (c) o cumprimento das condições precedentes de implementação do Plano, os quais não são dependentes somente da Companhia e, portanto, podem sofrer alteração resultando em efeitos contabilizados diferentes dos aqui divulgados.

Adesão pelos Credores e Homologação das deliberações do PRJ

Em 24 de julho de 2024, o Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro homologou as deliberações sobre o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Essas deliberações tiveram a adesão pelos credores titulares da maioria dos créditos quirografários contra a Companhia e suas subsidiárias, em 17 de julho de 2024.

(b) Aumento de Capital

Em 25 de julho de 2024, foi realizado o aumento de capital da Companhia, que havia sido aprovado, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 8 de julho de 2024, no montante total de R\$ 24.461 mediante a emissão de 18.815.921.100 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,30 por ação. Desta forma, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 39.918, representado por 19.718.450.603 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(c) Grupamento de ações

Na assembleia geral extraordinária de 21 de maio de 2024, foi aprovado que as ações e os bônus de subscrição da Companhia serão agrupados na proporção de 100 para 1, grupamento este que ocorrerá no dia 26 de agosto de 2024.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Americanas S.A. – Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Americanas S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial intermediário, individual e consolidado, em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, e as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas demonstrações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Demonstrações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Continuidade operacional e Plano de Recuperação Judicial

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 01 e 33, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia possuía capital circulante líquido negativo de R\$ 39.824 milhões (Controladora) e R\$ 38.800 milhões (Consolidado) e prejuízo acumulado no montante de R\$ 44.548 milhões (Controladora e Consolidado). Essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, considerando o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) da Companhia e de algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”), ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como no chapter 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial, foi reconhecida a homologação do Plano. Até a conclusão dessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, as condições previstas no Plano foram atendidas: (i) aumento de capital por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade debedor-in-possession (“DIP”) e de créditos detidos por credores; (ii) pagamento integral dos credores listados na classe I, IV, os credores fornecedores colaboradores, os

credores fornecedores de tecnologia e os titulares de créditos quirografários até R\$ 12 mil ou que tenham escolhido receber R\$ 12 mil e outorgou quitação em relação ao excedente do crédito. As demais opções de pagamentos a credores não acontecerem até a conclusão dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Investigações independente e corporativa, da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de autoridades públicas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 01 e 33, às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, o Comitê Independente apresentou o seu relatório de conclusão da investigação independente em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela administração anterior até janeiro de 2023, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na rubrica “Fornecedores”, por meio de contratos fictícios de VPC (Verbas de Propaganda Cooperada) e por operações financeiras conhecidas como “risco sacado”, dentre outras operações, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia possui recurso com efeito suspensivo da sanção imposta pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”) no sentido de sua suspensão do Novo Mercado, bem como encontra-se em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Polícia Federal, dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordo de colaboração de ex-executivos. Em 27 de junho de 2024, foi deflagrada a Operação Disclosure pela Polícia Federal, que envolve a investigação e a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos. Essas investigações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Reapresentação das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, comparativas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia identificou e procedeu a ajustes referentes às cifras comparativas do trimestre findo em 30 de junho de 2023, os quais foram originalmente base para abstenção de conclusão conforme nosso relatório emitido em 23 de fevereiro de 2024 sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, bem como em decorrência da adoção de nova política contábil referente ao CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Não fomos contratados para reemissão do relatório de revisão sobre tais valores correspondentes, entretanto, os assuntos abaixo descritos, que foram base de abstenção de conclusão, foram resolvidos em relação aos valores correspondentes do trimestre findo 30 de junho de 2023:

? Os reflexos na continuidade operacional da Companhia e de suas controladas em decorrência da recuperação judicial em que até a data de conclusão de nossos trabalhos à época, não havia ocorrido a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”), fato que ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como o chapter 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York) teve reconhecimento. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 1 e 33 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, a Companhia vem divulgando as suas ações previstas no Plano até a presente data;

? O fato de a Administração ter preparado um teste de valor recuperável de ativos que não atendeu plenamente o Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 / IAS 36 – Redução ao Valor de Recuperação de Ativos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em razão da impraticabilidade de uso de premissas que não considerassem as inconsistências contábeis mencionadas na Nota Explicativa no 1, às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas. Em detrimento a homologação do Plano e possuir informações econômicas, financeiras e estudos atualizados, reuniu condições de poder apresentar uma avaliação de valor recuperável de ativos em 2023;

? Conforme Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, desde 11 de janeiro de 2023 e em datas posteriores, a Companhia divulgou fatos relevantes comunicando que tinham sido detectadas inconsistências em lançamentos contábeis em relação à Verba de Propaganda Cooperada (VPC), ausência de registro contábil de juros sobre operações financeiras e contratação de operações de financiamento de compras (risco sacado, forfait ou confirming), representando impacto nos resultados da Companhia ao longo do tempo e redução de dívida financeira bruta, incluindo o exercício de 2022. O Conselho de Administração decidiu criar um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis (“Comitê Independente”), que até a conclusão dos trabalhos de 2022, a investigação independente não havia sido concluída, bem como demais aspectos relacionados à governança. A investigação independente foi concluída e o seu relatório entregue ao Conselho de Administração em 16 de julho de 2024;

? Os trabalhos de auditoria da controlada indireta AME Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. (“AME Digital”) ainda não haviam sido concluídos em sua totalidade, de forma que não nos foi possível reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes, em relação a potenciais impactos que poderiam ser gerados sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com a conclusão desses trabalhos, as distorções significativas foram reconhecidas em 2022.

Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado individuais e consolidadas – informação suplementar

Revisamos também as Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pela IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo

estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações intermediárias do valor adicionado, individual e consolidada, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5 -S- RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60
NIRE 3330029074-5

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais referente ao 2º Trimestre de 2024.

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que:

- (i) reviram, discutiram e concordaram com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão; e
- (ii) reviram, discutiram e concordaram com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

Leonardo Coelho Pereira

Camille Loyo Faria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60
NIRE 3330029074-5

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que:

- (i) reviram, discutiram e concordaram com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das Informações Trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas; e
- (ii) reviram, discutiram e concordaram, com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

Leonardo Coelho Pereira

Camille Loyo Faria